



RESOLUÇÃO Nº 109/2024-CI/CSA

CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi publicada no site www.csa.uem.br, no dia 27/11/2024.

Aprova Novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública – EAD e dá outras providências.

Samarina de Abreu Bonatto,
Secretária.

Considerando o contido no Estatuto da Universidade Estadual de Maringá;
Considerando o contido nas Resoluções nº 029/2021-CEP e nº 010/2010-CEP;
Considerando o contido no E-protocolo nº 23.053.567-1;
Considerando que o Projeto Pedagógico prevê a creditação curricular das atividades de extensão correspondente a 10% da carga horária total do curso (3.120 horas) por meio das disciplinas da matriz curricular;
Considerando o contido na Resolução nº 177/2024-DAD;
Considerando o contido na Resolução nº 006/2024-ADP-ED;
Considerando decisão do Conselho Interdepartamental em sua 147ª reunião, nesta data.

O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS APROVOU E EU, DIRETOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Novo Projeto Pedagógico do Curso Graduação em Administração Pública – Educação a Distância, conforme Anexo.

Art. 2º O presente Regulamento será implementado a partir do ano letivo de 2025.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

**DÊ-SE CIÊNCIA.
CUMPRA-SE.**

Maringá, 22 de novembro de 2024.

Prof. Dr. João Marcelo Crubellate,
Diretor.



ANEXO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES**



DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DED

**PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA – PNAP**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – MODALIDADE A DISTÂNCIA**



2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB) Prof.
Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP) Prof.^a
Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB) Prof.
Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF) Prof. Dr.
Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

2024



IDENTIFICAÇÃO E OBJETIVO DO PROCESSO

IDENTIFICAÇÃO:

Mantenedora:

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Instituição Mantida:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Curso:

Administração Pública Habilitação: **Bacharelado**

Modalidade:

Educação à Distância

Unidade de Ensino:

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Departamento Responsável:

Departamento de Administração

Pólos de funcionamento:

- Astorga
- Cidade Gaúcha
- Cruzeiro do Oeste
- Jacarezinho
- Londrina
- Sarandi
- Umuarama

Vagas: **Até 150 vagas.**

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador do Estado do Paraná

Aldo Nelson Bona

Superintendente de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Sociais Aplicadas



.../Resolução nº 109/2024-CI/CSA

fls. 05

Prof. Dr. Leandro Vanalli
REITOR

Profa. Dra. Gisele Mendes de Carvalho
VICE-REITORA

Prof. Dr. Marcos Vinícius Francisco
PRÓ-REITOR DE ENSINO

Profa. Dra. Mariana Moran Barroso
DIRETORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Gilberto Joaquim Fraga
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Profa. Dra. Fabiane Cortez Verdu
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORA DO CURSO

Profa. Dra. Olga Maria Coutinho Pépece
Estatutária – Professora Associada – TIDE
Graduada em Administração, 1997, UEL – Universidade Estadual de Londrina Mestrado em Administração, 2000, Universidade Federal do Paraná Doutorado em Administração, 2009, Universidade Federal do Paraná

COORDENADORA ADJUNTA DO CURSO

Profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa
Estatutária – Professora Associada – TIDE
Graduada em Administração, 1988, UEL – Universidade Estadual de Londrina Mestrado em Administração, 1992, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina Doutorado em Engenharia da Produção, 2001, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

DIRETORA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Profa. FABIANE FREIRE FRANÇA
Graduada em Pedagogia, 2005, Universidade Estadual de Maringá
Mestre em Educação, 2009, Universidade Estadual de Maringá
Doutora Educação, 2014, Universidade Estadual de Maringá



COORDENADORA DO CURSO
Profa. Dra. Olga Maria Coutinho Pépece
Estatutária – Professora Associada – TIDE
Graduada em Administração, 1997, UEL – Universidade Estadual de Londrina Mestrado em
Administração, 2000, Universidade Federal do Paraná Doutorado em Administração, 2009,
Universidade Federal do Paraná

COORDENADORA ADJUNTA DO CURSO
Profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa
Estatutária – Professora Associada – TIDE
Graduada em Administração, 1988, UEL – Universidade Estadual de Londrina Mestrado em
Administração, 1992, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina Doutorado em Enge-
nharia da Produção, 2001, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina



ELABORAÇÃO DO PROJETO (Contatos):

Isadora Mayumi Sunahara

Técnica Universitária, responsável pela secretaria do curso.
Universidade Estadual de Maringá /NEAD
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário
CEP 87020-900 - Maringá - PR
Fones: (44) 3011-3751 - 3011-5951
E-mail: grfernandes2@uem.br

Profa. Olga Maria Coutinho Pépece

Estatutária – Professor Associada – TIDE
Graduada em Administração, 1997, Universidade Estadual de Londrina
Mestre em Administração, 2000, Universidade Federal do Paraná
Doutora em Administração, 2009, Universidade Federal do Paraná
E-mail: omcpepece@uem.br

Profa Gláucia de Souza Munhoz

Estatutária – Professor Associada – TIDE
Graduada em Administração, 1982, Universidade Estadual de Maringá
Mestre em Administração, 2002, Universidade Estadual de Maringá
Doutora em Geografia, 2007, Universidade Estadual de São Paulo
E-mail: omcpepece@uem.br



APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que, na realidade, se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou, nos anos de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras — federais e estaduais — com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades à distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.

Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que ofereceram o curso piloto se reuniam (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordenava uma rede de Ipes que atuou colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração a distância gratuito e de qualidade.



O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública e três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).

Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.



O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; no segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação a Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de matérias didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira
Coordenador



SUMÁRIO

1	– Dados de Identificação do Curso	12
2	– Introdução	13
3	– Justificativa	17
4	– Universidade Aberta do Brasil: objetivos	20
5	– Diretoria de Educação a Distância da Capes	21
6	– Caracterização regional	22
7	– Integração e articulação da Educação a Distância da (Ipes) ao Sistema Universidade Aberta do Brasil	28
8	– Aspectos institucionais	29
8.1	– Missão	33
8.2	– Princípios e valores	33
8.3	– Outros aspectos	34
9	– Concepção do Curso Administração Pública a distância	36
9.1	– Diretrizes metodológicas para formação do Curso	37
9.2	– Dimensões de formação	38
9.3	– Concepção pedagógica do Curso	38
9.3.1	– Objetivo geral	39
9.3.2	– Objetivos específicos	40
9.4	– Perfil do egresso	41
9.5	– Organização curricular	44
9.6	– Carga horária	45
9.7	– Matriz curricular	45
9.8	– Conteúdo programático	49
9.9	– Disciplinas eletivas	49
9.10	– Temas Contemporâneos na Gestão Pública	49
9.11	– Estágio Supervisionado	50
9.12	– Atividades Complementares	50
9.13	– Atividades de Extensão	51



10 – Estrutura Administrativo-Pedagógica	52
10.1– Equipe Multidisciplinar	53
10.2 – Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar	55
10.3 – Docentes que participam da Gestão do Curso	56
11 – Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa	56
11.1 – Sistema de Tutoria	58
11.2 – Encontros presenciais	60
12 – Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem	60
12.1 – Avaliação Institucional	61
12.2 – Avaliação dos Subsistemas de EaD	62
12.3 – Avaliação de Aprendizagem	66
13 – Processo de Comunicação-interação entre os participantes	69
REFERÊNCIAS	70
ANEXO A – Sugestão de Fluxo	71
ANEXO B – Ementário	72
ANEXO C – Corpo Docente que participa da Gestão do Curso	131
ANEXO D – Regimento de Estágio	138
ANEXO E – Extensão	148
ANEXO F – Diretrizes para inclusão da Extensão na integralização curricular dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UEM	151
ANEXO G – Descrição da Extensão no Curso de Administração Pública	163



1 – Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso: Bacharelado em Administração Pública

b) Proponente:
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CSA)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (DAD)

c) Público-alvo:
Interessados em estudar e discutir a temática de governo e Administração Pública. Servidores de todos os níveis e poderes do Estado. E todo público externo interessado. Com entrada, mediante, procedimento de vestibular.

d) Número de vagas:
Serão ofertadas até 150 vagas, distribuídas nos Polos de Educação a Distância (UAB), principalmente no Estado do Paraná.

e) Formas de ingresso:
Processo Seletivo

De acordo com a Resolução nº.119/2005 do CEP que regulamenta os cursos na modalidade de ensino a distância, no seu artigo 7º, o processo seletivo será realizado pela Comissão Central do Vestibular (CVU) em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino (PEN). Como se trata de um curso na modalidade à distância, o processo seletivo não obedecerá, necessariamente, ao calendário da Universidade Estadual de Maringá (UEM), podendo ser realizado em período específico.

f) Duração do curso:
Mínimo 8 semestres e máximo 12 semestres para integralização curricular.

g) Previsão para início das atividades:
Início do ano letivo de 2025, conforme calendário da Universidade Estadual de Maringá.



2 – Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercer a gestão na esfera regional, nacional e internacional.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Universidade Estadual de Maringá oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução CNE/CES no. 1, de 13 de janeiro de 2014;



- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Seção 1, pág. 1.
- BRASIL. Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2018. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 2018, Seção 1, pág. 34.

UEM

- Resolução nº. 079/04-CEP – Aprova Diretrizes do Ensino de Graduação da Universidade Estadual de Maringá.
- Resolução nº. 119/05-CEP – Normas para organização e funcionamento de cursos na modalidade a Distância.
- Universidade Estadual de Maringá. R E S O L U Ç Ã O N.º 029/2021-CEP/UEM. Disponível em: <http://www.scs.uem.br/2021/cep/029cep2021.htm>;
- Resolução nº 033/2017-CEP, Disponível em <http://www.scs.uem.br/2017/cep/033cep2017.htm>

LEGISLAÇÃO QUE REGULA A PROFISSÃO QUE O CURSO HABILITA A EXERCER

- Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 - regulamenta a profissão do Administrador.
- Decreto Nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967 - Aprova regulamentação da Lei nº 4769/65, de 9 de setembro de 1965, que dispõe o exercício da profissão de Administrador.
- Decreto nº 70.673, de 05 de junho de 1972 - Altera o regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador, e dá outras providências.



Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



.../Resolução nº 109/2024-CI/CSA

fls. 16

- Resolução Normativa CFA — Conselho Federal de Administração nº 537, de 22 de março de 2018 — aprova o código de ética e Disciplina dos Profissionais de Administração.

DECRETO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DO CURSO

56

4ª feira | 02/Dez/2020 - Edição nº 10823

Diário Oficial Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Governante do Estado do Paraná garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>

PORTARIA N.º 226/2020 - SETI

O Superintendente Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Federal n.º 9.394 de 20/12/1996, e nos termos da Lei Estadual n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, e do Decreto Estadual n.º 1419, de 23 de maio de 2019, modificado pelo Decreto n.º 4285, de 17 de março de 2020, da Deliberação n.º 001/2017-CCEE/PR, considerando o conteúdo na Portaria n.º 189/20-SETI, que homologou o Parecer CEE/ES n.º 134/20, e o conteúdo no protocolado n.º 16.577.689-6,

RESOLVE

Art. 1.º - Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Administração Pública - Bacharelado, modalidade Ensino a Distância, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 07/02/21 até 06/02/25, com carga horária de 3.060 (três mil e sessenta) horas, regime de matrícula seriado anual, período mínimo de integralização de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado nos polos de Assai, Astorga, Bela Vista do Paraná, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Engenheiro Beltrão, Goioerê, Itararé, Nova Londrina, Nova Santa Rosa, Paranavai, Sarandá, Ubatuba e Umuarama e demais polos credenciados pelo MEC, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, com sede no município de Maringá, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de novembro de 2020.

Aldo Nelson Berra
SUPERINTENDENTE GERAL
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
110993/2020

Universidade Estadual de Londrina

PORTARIA Nº 5094 de 30 NOV. 2020. A Diretora Superintendente do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU-UEL), no uso de suas atribuições legais e considerando a delegação que lhe foi atribuída pelo Magnífico Reitor, por meio do Ato Executivo nº 49/2020, de 26/10/2020, bem como o consubstanciado no Processo nº 23.464/2018-11, em especial o Parecer Jurídico PJU nº 090/2020, (fls. 389-393), R.E.S.O.L.V.E: 1- Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, em face do servidor Flávio Henrique da Rocha (cargo funcional Nº 0605238), [...] conforme previsto no Regulamento Geral da UEL, em seus artigos 186 e 197/215, pelo cometimento, em tese, de infração administrativa disciplinar que descabeceja o disposto nos incisos IV, V, VI e X do artigo 171, e incorrer nas vedações expressas dos incisos III, VIII e XVI do artigo 172, todos do Regulamento Geral da Universidade, bem como descabeceja o disposto no artigo 226 e nos incisos VI e XVII do artigo 279 da Lei Estadual Nº 6.174/70. II- Designar os seguintes servidores para integrarem a Comissão Processante: ALEXSANDRO DE OLIVEIRA DIAS (HU/DS), presidente, (HU/DS) EDUARDO HENRIQUE RONCHI (HU/DA) e CESAR OLIVEIRA DOS SANTOS (HU/DC), membros titulares e ADRIANA FELICIANO (HU/DA), suplente. III-A Comissão terá o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão e apresentação dos trabalhos, nos termos do Art. 201 do Regulamento da Universidade Estadual de Londrina. IV-A presente Portaria entrará em vigor na data de sua numeração. Enfa. Ma. Vivian Biazon El Reia Feija, UEL - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO-Diretoria Superintendente. Londrina/Pr.

111291/2020

Universidade Estadual de Ponta Grossa

PORTARIA R. - Nº 2020.604

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o Edital de Credenciamento/Chamamento Público nº 004/2017 e o Contrato nº 138/2019; o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, Instaurada pela Portaria R. nº 2020.372; e considerando, mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 20.000074870-1,

R E S O L V E:

Art. 1º Acatar a conclusão da Comissão de Processo Administrativo, Instaurada pela Portaria R. nº 2020.372, na conformidade do Relatório Final emitido pela referida Comissão, que decidiu pela aplicação da Pena de Advertência à empresa Alexandre Roza Clínica Médica Ltda., inscrita no CNPJ 05.649.259/0001-81, prevista no artigo 150, Inciso I, da Lei Estadual nº 15.608/2007, a fim de adequar a prestação de serviços aos parâmetros legais e contratuais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor.

Retorta da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 25 de novembro de 2020.

Miguel Sanchez Neto,
Reitor

PORTARIA R. - Nº 2

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o Edital de Credenciamento/Chamamento Público nº 004/2017 e o Contrato nº 138/2019; o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, Instaurada pela Portaria R. nº 2020.372; e considerando, mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo nº 20.000074870-1,

R E S O L V E:

Art. 1º Acatar a conclusão da Comissão de Processo Administrativo, Instaurada pela Portaria R. nº 2020.372, na conformidade do Relatório Final emitido pela referida Comissão, que decidiu pela aplicação da Pena de Advertência à empresa Alexandre Roza Clínica Médica Ltda., inscrita no CNPJ 05.649.259/0001-81, prevista no artigo 150, Inciso I, da Lei Estadual nº 15.608/2007, a fim de adequar a prestação de serviços aos parâmetros legais e contratuais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor.

Retorta da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 25 de novembro de 2020.

Miguel Sanchez Neto,
Reitor

11117/2020

Universidade Estadual do Centro-Oeste

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO - BIRDES
OBJETO: CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL DE PROFESSOR COLABORADOR

SALÁRIO INICIAL: R\$ 1.191,87
DATA DE ADMISSÃO: 18/11/2020
TÉRMINO DO CONTRATO: 31/07/2021
CONTRATADO: GISLAINE FERNANDES STOPASSOLI

SALÁRIO INICIAL: R\$ 2.781,03
DATA DE ADMISSÃO: 18/11/2020
TÉRMINO DO CONTRATO: 31/07/2021
CONTRATADO: DERIS WARMUTH

SALÁRIO INICIAL: R\$ 4.372,77
DATA DE ADMISSÃO: 18/11/2020
TÉRMINO DO CONTRATO: 31/07/2021
CONTRATADO: MARIANA MARCANTONIO CONEGLIAN, SHARLENNE LEITE DA SILVA MONTEIRO

SALÁRIO INICIAL: R\$ 1.932,24
DATA DE ADMISSÃO: 19/11/2020
TÉRMINO DO CONTRATO: 31/07/2021
CONTRATADO: CARLA SANTOS

SALÁRIO INICIAL: R\$ 3.864,48
DATA DE ADMISSÃO: 19/11/2020
TÉRMINO DO CONTRATO: 31/07/2021
CONTRATADO: DIANINÉ CENSON LOPES

SALÁRIO INICIAL: R\$ 1.655,38
DATA DE ADMISSÃO: 20/11/2020
TÉRMINO DO CONTRATO: 31/07/2021
CONTRATADO: ALAN MARLON DE MATTOS

SALÁRIO INICIAL: R\$ 2.484,31
DATA DE ADMISSÃO: 25/11/2020
TÉRMINO DO CONTRATO: 31/07/2021
CONTRATADO: REGIANE ORLOVSKI

SALÁRIO INICIAL: R\$ 3.588,45
DATA DE ADMISSÃO: 25/11/2020
TÉRMINO DO CONTRATO: 31/07/2021
CONTRATADO: ANDRÉ GOUVEA DA SILVA

110958/2020

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
786865620

Documento emitido em 03/12/2020 16:26:39.

Diário Oficial Executivo
Nº 10823 | 02/12/2020 | PAG. 56

Para verificar e autenticar este página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE:
www.imprensaoficial.pr.gov.br



As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. concepção e composição das atividades complementares;
- XI. concepção e composição das atividades de extensão;
- XII. obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.



3 – Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merece destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.



Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo — articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) — e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais. É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.



4 – Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.



5 - Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.



6 Caracterização regional

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi criada pela Lei Estadual Nº 6.034, de 06/11/69 (D.O.E. de 10/11/69 p. 1) - Autoriza a criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba.

O Decreto Estadual Nº 18.109, de 28/01/70 (D.O.E. de 30/01/70 p. 1) - Cria, sob forma de fundação, a Universidade Estadual de Maringá e dá outras providências.

O Decreto Estadual Nº 532/75, de 26/05/75, aprova em caráter definitivo o Estatuto da Universidade.

O Decreto Federal Nº 77.583, de 11/05/76 (D.O.U. de 12/05/76) - Concede Reconhecimento à Universidade Estadual de Maringá.

A Lei Estadual Nº 9.663, de 16/07/91 (D.O.E. de 16/07/91 p. 4) - Transforma em Autarquia a Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Caracterização como Instituição de Utilidade Pública:

- A Lei Municipal Nº 820/71, de 02/03/71 - Maringá/PR - Declara de "Utilidade Pública" a Fundação Universidade Estadual de Maringá.
- O Ato Declaratório Nº 37/71, da Delegacia da Receita Federal.
- O Registro Nº 33334.000004/85.29.00, de 29/03/90, do Conselho Nacional de Serviço Social, por se tratar de Instituição criada pelo Poder Público Estadual.
- O Decreto Estadual Nº 2.276, de 11/01/88 (D.O.E. de 12/08/88 p. 4) - Institui a gratuidade do Ensino Superior, nas Universidades e Faculdades isoladas, mantidas pelo Estado do Paraná.

A UEM, criada como entidade de direito público, é dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, tendo sido transformada em autarquia, mantida sua personalidade pública.

Até a criação da UEM, no ano de 1970, o atendimento às necessidades da educação superior em Maringá era suprido por três instituições estaduais isoladas de ensino superior: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966.

No conjunto, estas faculdades ofereciam um total de sete cursos de graduação: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências de 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Sociais Aplicadas



.../Resolução nº 109/2024-CI/CSA

fls. 23

A Lei Estadual nº 6.034 de 6 de novembro de 1969 autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes na cidade. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28 de janeiro de 1970 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (UEM). Seu reconhecimento pelo Governo Federal ocorreu em 11 de maio de 1976, por meio do Decreto Federal nº 77.583. No ano de 1991 o Governo do Estado do Paraná transformou as instituições públicas por ele mantidas em autarquia estadual, conforme disposto na Lei Estadual nº 9.663 de 17/07/91, mantendo a mesma denominação da Universidade Estadual de Maringá.

Os primeiros sete anos da Instituição, de 1970 a 1976, foram marcados pela ocupação gradativa do Câmpus definitivo e pela implantação de 15 cursos de graduação: Matemática, Química e Administração, em 1971; Engenharia Química e Engenharia Civil, em 1972; Estudos Sociais, Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Física, em 1973; Farmácia-Bioquímica, em 1974; Processamento de Dados e Zootecnia, em 1975. Os cursos de Engenharia, Matemática, Química e Física passaram a ser coordenados pelo Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET), criado em 1972. Atualmente, a UEM oferece 36 cursos de graduação distribuídos pelo Campus Sede, Campus Extensão de Cianorte e Campus Regional de Goioerê.

Até o reconhecimento da Universidade pelo Governo Federal, por meio do Decreto Federal nº 77.583, de 11 de maio de 1976, foi mantido o modelo estrutural de três faculdades e um instituto. A partir dessa data, adotou-se o modelo de departamentos, como menor fração da unidade universitária, coordenados por centros de estudos. A coordenação didático-pedagógica dos cursos passou a ser exercida pelos colegiados de curso e os departamentos assumiram, então, características mais administrativas.

No ano de 1977 foi criado o curso de Agronomia. A partir de 1978, foram identificadas algumas tendências que, sistematizadas por temas, enfocavam as atividades-fim da Universidade: ensino, pesquisa, extensão, cultura e as atividades administrativas.

No ensino, procurou-se a melhoria de sua qualidade por meio de incentivo ao desenvolvimento de projetos de ensino, aumento do número de monitores e também pela realização de eventos sobre a temática.

Os currículos dos cursos foram redefinidos com o objetivo de atualizá-los e torná-los mais flexíveis, possibilitando um fluxo acadêmico mais regular e uma formação capaz de acompanhar os avanços da ciência, da tecnologia e da própria sociedade.



Novos cursos foram criados: Psicologia, em 1979; Enfermagem e Obstetrícia, em 1981; bacharelado em Química, em 1984; bacharelado em Geografia, em 1987; bacharelados em Física e Ciências Biológicas, em 1988. Nesse mesmo período, houve a desativação dos cursos de licenciatura de curta duração existentes, sendo eles: Ciências, em 1979, Ciências de 1º Grau, em 1984, e Estudos Sociais, em 1987.

Em 1986, a Universidade começava a dar mostras de sua abrangência regional com a criação de cursos fora de sede, na cidade de Cianorte, a 80 km do Câmpus Sede. Foram criados e implantados os cursos de graduação em Pedagogia e Ciências Contábeis. Essa tendência ganhou consistência com a criação e a implantação do Câmpus Regional de Goioerê, em 1991, com dois cursos de graduação: Engenharia Têxtil e Licenciatura Plena em Ciências, por meio de um convênio envolvendo a UEM e um consórcio intermunicipal formado por sete municípios, a saber: Goioerê, Janiópolis, Moreira Sales, Juranda, Mariluz, Boa Esperança e Rancho Alegre. Também foram criados os Campus de Porto Rico, Cidade Gaúcha e Diamante do Norte, que completam o suporte universitário para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 1988, foram criados e implantados os cursos de Medicina, Odontologia e Ciência da Computação. A criação dos cursos de Medicina e Odontologia teve como consequência a implantação de um complexo de saúde, formado por um hospital universitário, uma clínica odontológica, uma unidade de psicologia aplicada e um hemocentro.

A partir de 1992, após vários anos de estudos e discussões, a UEM alterou seu regime acadêmico, substituindo o sistema de créditos e matrícula por disciplinas pelo regime seriado anual para seus cursos de graduação. Novos currículos foram elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso, os das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos e matrícula por disciplinas foi totalmente extinto.

Em 1998 foi implantado o curso de Bacharelado em Informática. Tendo como um dos focos principais o ensino de graduação e com o apoio de várias entidades representativas da comunidade local e regional a Universidade implantou, no ano letivo de 2000, onze novos cursos de graduação, ampliando em quase 50% o número de cursos existentes. Neste ano foram implantados os cursos de Engenharia de Produção com ênfases em Agroindústria,



Confecção Industrial, Construção Civil e Software; Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Urbanismo, Secretariado Executivo Trilíngue, Estatística, Filosofia e Ciências Sociais. Esses cursos foram viabilizados a partir de estudos realizados pela Universidade, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Regional de Maringá (Codem), que envolve 87 entidades locais e regionais.

A partir de 1992 a UEM implantou o regime seriado para seus cursos de graduação. Novos currículos tiveram que ser elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso. Os discentes das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos foi totalmente extinto.

6.1 Histórico da EAD na Instituição

Ainda no ano de 2000 foi aprovada oferta do primeiro curso de graduação da UEM na modalidade de educação à distância: o curso Normal Superior, habilitação em Licenciatura para os dois Anos Iniciais do Ensino Fundamental — Licenciatura Plena, com o objetivo principal de capacitar professores para o ensino fundamental, atendendo alunos de 69 municípios da região noroeste do Paraná. Para a oferta do curso e da modalidade de educação à distância foram instalados, em parceria com prefeituras municipais, 42 centros de estudos, agrupados em três Polos Regionais nos campi da UEM em Cidade Gaúcha, Diamante do Norte e Goioerê. A Universidade foi credenciada para atuar na modalidade de Educação a Distância, no ensino de graduação e pós-graduação, pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria Ministerial nº 3.242, de 18/10/2004. No ano de 2005 a UEM reformulou seu sistema de educação à distância, agora firmando termos de cooperação e convênio com municípios para credenciamento dos interessados na instalação de Centros de Educação a Distância. No mesmo ano foi ofertada a segunda turma do curso Normal Superior, com 2.100 vagas. Foram credenciados 57 municípios com Centro de Educação a Distância, distribuídos em sete Polos Regionais de Educação a Distância da UEM, nos Campi de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e dois outros Polos, em convênio, nos municípios de Paranavaí (Fafipa) e Sarandi (Prefeitura Municipal).



Dando continuidade ao processo de ampliação da oferta do ensino de graduação, a UEM implantou no ano letivo de 2002 mais nove cursos, desta vez priorizando o desenvolvimento regional, criando, um novo Câmpus no Município de Umuarama e implantando o primeiro curso de graduação no Câmpus do Arenito, no Município de Cidade Gaúcha. Os cursos autorizados no ano de 2002 são: Agronomia, Medicina Veterinária, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Construção Civil e Tecnologia em Meio Ambiente no Câmpus Regional de Umuarama. No Câmpus do Arenito, em Cidade Gaúcha, foi aprovado o curso de Engenharia Agrícola; no Câmpus Regional de Cianorte foram implantados os cursos de Moda e de Design; já no Câmpus Sede, em Maringá, foi criado o curso de Música.

A modalidade de Educação a Distância na Universidade Estadual de Maringá é uma realidade que vem sendo consolidada nos últimos anos, como podemos observar em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, aprovado pela Resolução nº 04/2006-COU, de 8/05/2006, no qual constam as seguintes ações relativas à EAD:

VI - ESTRATÉGIAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS POR ÁREAS

6.1 - Ensino de Graduação/10 - Garantir a oferta de cursos na modalidade de ensino a distância

ÁREA: 6.1 — Ensino de Graduação

Objetivo: 10 - Garantir a oferta de cursos na modalidade de ensino a distância

Implantar cursos de graduação na modalidade de educação a distância em Letras, História, Física, Ciências Biológicas e Administração

(PEN/CCH/CCE/CCB/CSA)

ÁREA: 6.2 – Ensino de Pós-Graduação

Objetivo: 2 - Manter e oferecer novos cursos de pós-graduação lato sensu

CCS - Oferecer 2 cursos de especialização a distância

CSA - Oferecer 10 cursos de especialização a distância

CRN - Oferecer 4 cursos de especialização a distância

ÁREA: 6.2 - Ensino de Pós-Graduação

Objetivo: 5 - Consolidar programas de pós-graduação

PPG - Regulamentar os cursos de pós-graduação stricto sensu a distância



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Sociais Aplicadas



.../Resolução nº 109/2024-CI/CSA

fls. 27

A UEM é parceira, como Polo Regional, no programa de educação a distância do do Ministério da Saúde/Ministério da Educação/Fundação Fiocruz – Projeto de Formação Pedagógica em Educação e Formação de Professores na Área de Saúde: Enfermagem - PROF AE. O curso está ofertando sua terceira turma e é coordenado pelo Departamento de Enfermagem da UEM.

A Universidade também é signatária do consórcio UNIREDE e REDiSUL de instituições públicas de educação superior para atuação em educação a distância.

Ampliando a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, no ano de 2007, a UEM ingressou no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação, com a oferta de 750 vagas para o curso de graduação em Administração, ofertado em convênio com o Banco do Brasil, para qualificação de funcionários do Banco e servidores públicos. O curso foi ofertado em 10 Polos de Educação a Distância da UEM, nos Campi de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e, em convênio nas Universidades Estaduais: Unicentro, Unioeste, UEPG e UEL.



7 – Integração e articulação da Educação a Distância da Universidade Estadual de Maringá ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Administração Pública a distância está planejado para ser ofertado em até 07 Polos de Apoio Presencial, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Polos presenciais e número de vagas ofertadas no último vestibular

	Município do Polo*	N. de vagas
1	Astorga	30
2	Engenheiro Beltrão	30
3	Itambé	30
4	Nova Londrina	30
5	Sarandi	30
6	Tamarana	30
7	Umuarama	30
	TOTAL	VAGAS 210

*Os referidos polos poderão sofrer alterações.

Foram realizados dois vestibulares, um no ano de 2013, com disponibilização de 750 vagas e outro em 2017 com a disponibilização de 500 vagas, um vestibular no ano de 2020, com disponibilização de 210 vagas. A UEM em seu curso de Administração Pública esteve vinculada à aprovação e participação dos seguintes editais:

- 1) Edital nº 075/2014 – Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)
- 2) Edital nº 05/2018 – Programa Universidade Averta do Brasil (UAB)

Além disso, houveram os seguintes editais de vestibulares na própria UEM

- 1) EDITAL Nº 014/2021-CVU
- 2) EDITAL Nº 011/2024-CVU



8 – Aspectos institucionais

Complementando as informações descritas no tópico 6 - Caracterização regional, no que diz respeito ao ensino de pós-graduação, desde o início dos anos 80 vem aumentando o número de cursos de especialização oferecidos pela UEM, sendo que atualmente a Universidade oferece 179 cursos de pós-graduação sendo 64 lato sensu de Especialização /Residências e 115 stricto sensu.

Quanto aos cursos de pós-graduação stricto sensu, no ano de 1987, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado, sendo um em Ciências Biológicas e o outro em Química Aplicada. Em 1990, foram iniciados os cursos de mestrado em Engenharia Química e Educação (fundamentos da educação e aprendizagem e ação docente). Em 1991, teve início o curso de mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais e, sob esta mesma denominação, em 1992, teve início o primeiro curso de doutorado da UEM. No ano de 1993, foi criado e teve início o curso de mestrado em Zootecnia e ainda foram criados os cursos de mestrado em Economia e Direito, iniciados em 1994. No ano de 1995, teve início o curso de mestrado em Agronomia (Produção Vegetal). No ano de 1997 foram implantados os cursos de Física e Linguística Aplicada, em nível de mestrado. No ano de 1998 foram implantados os mestrados em Matemática e Geografia e, ainda, os cursos de Ciências Biológicas (Biologia Celular) e Zootecnia, em nível de doutorado. No ano de 1999 tiveram início os cursos de mestrado em Administração e História, ofertados de forma interinstitucional, juntamente com a Universidade Estadual de Londrina. Ainda neste ano, foram implantados os cursos de Física, Engenharia Química e Agronomia, em nível de doutorado. Em 2000 foram implantados os cursos de Ciências Farmacêuticas e o Doutorado em Química Aplicada. Já em 2002, tiveram início os cursos de Ciência da Computação, Genética e Melhoramento, Ciências da Saúde e de Análises Clínicas, todos em nível de mestrado. No ano de 2004 foram criados os cursos de Educação para Ciência e o Ensino da Matemática, História e Enfermagem, em nível de mestrado. Em 2007 tivemos a aprovação do Curso de Mestrado em Odontologia, em 2008 tivemos a aprovação do Curso de Mestrado em Ciências Sociais. Atualmente contamos com 57 cursos de mestrado, 32 de doutorado e 26 de Pós-doutorado.

As atividades de pesquisa tiveram aumento significativo a partir de 1979, acompanhando o aumento de projetos, houve diversificação de áreas de pesquisa e a necessidade de se estender suas bases tanto para coleta de dados de campo como para levar essas



atividades a outros lugares. Para dar suporte a isso, surgiram os seguintes campi: Câmpus de Porto Rico, Câmpus do Arenito, localizado em Cidade Gaúcha e Câmpus Regional do Noroeste, em Diamante do Norte, além do Câmpus Sede em Maringá e os existentes em Cianorte e em Goioerê. Contribuíram para esse crescimento, dentre outras condições básicas, a melhoria da qualificação pessoal, uma progressiva flexibilidade de atribuições de encargos pelos departamentos, um aumento na captação de recursos externos, a regulamentação da Dedicção Exclusiva (DE) e posteriormente do regime de trabalho Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE), a estruturação e implantação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPG) e, mais recentemente, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG).

Visando a qualidade da pesquisa realizada na UEM, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, analisando proposta elaborada pela comunidade acadêmica da UEM sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, regulamentou as atividades de pesquisa com moderna legislação.

Na intenção de ampliar os meios de divulgação de suas atividades, foi implantada, em 1992, uma editora (Eduem) que tem como objetivo facilitar a publicação dos trabalhos científicos produzidos na Universidade e a editoração das revistas científicas *Acta Scientiarum Agronomy*, *Acta Scientiarum Animal Sciences*, *Acta Scientiarum Biological Sciences*, *Acta Scientiarum Education*, *Acta Scientiarum Health Sciences*, *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, *Acta Scientiarum Language and Culture* and *Acta Scientiarum Technology*, com sua periodicidade regular e indexada em sete indexadores entre nacionais e estrangeiros.

Em 1996 foram criadas a Livraria Universitária e a Rádio Universitária FM, sintonizada no prefixo 106,9 MHz.

A melhoria da qualificação de seu quadro de pessoal propiciou um crescimento significativo das atividades de extensão e prestação de serviços, a partir da década de 80. Desde então, as atividades mais frequentes se relacionam às de apoio ao ensino fundamental e médio, educação infantil e educação especial.

Na temática administrativa, os recursos humanos sempre foram alvo de atenção e preocupação na UEM. No início da década de 80, houve uma expansão progressiva tanto do quadro de pessoal docente como do quadro técnico-administrativo, sendo que já, ao seu final, tal taxa de expansão viria a diminuir, tornando-se estável a partir de 1990 e não tendo como tendência de crescimento, mesmo com as novas atividades da Universidade, resultantes de sua aproximação com a comunidade regional e da verticalização do ensino.



Em um enfoque mais qualitativo, observa-se uma melhoria no perfil da qualificação e produção acadêmica dos servidores que é resultado da conjugação, dentre outros, dos seguintes fatores:

- a) regulamentação interna da capacitação docente desde 1981, com constantes aperfeiçoamentos e com o esforço institucional para manter 15% dos docentes de cada departamento em pós-graduação dentro do Plano Institucional de Capacitação Docente;
- b) a implantação do Plano de Capacitação Técnico-Administrativo, que vinha sendo executado de maneira informal, tornou-se regulamentado institucionalmente a partir de 1988.

Quanto à estrutura organizacional da UEM, observa-se que ela vem se modernizando desde 1988 para atender aos objetivos institucionais e para facilitar a interação da Universidade com os outros segmentos da comunidade. A comunicação e a informação, bem como as atividades de mídia, tanto em nível interno como externo, ficam a cargo de uma Assessoria de Comunicação Social que, além das atividades diárias de cobertura de eventos, notícias da universidade, reportagens, etc., editam semanalmente um boletim informativo e mensalmente faz circular o Jornal da UEM que é, inclusive, encartado nos jornais locais.

Merece destaque a introdução da informática no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Isso está sendo posto em prática em nível local pelo uso de microcomputadores, constantemente atualizados, como em nível global descentralizado pela utilização de servidores, com terminais espalhados por todo o Câmpus Sede e pelos Campi Regionais. Em abril de 1998, a UEM ligou-se à Rede Intranet Paraná em ATM/ISDN, instalada em 36 unidades telemáticas nas 16 instituições de ensino e tecnologia vinculadas à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. A Intranet Paraná é a base para o sistema estadual de ciência e tecnologia.

No ano de 2005 a Universidade passou a integrar a rede corporativa de voz, dados e imagem do Governo do Estado do Paraná, um sistema de comunicação capaz de trocar informações com transparência total de facilidades, com capacidade de transmitir todos os recursos disponíveis. Além de outros benefícios a instalação da rede possibilitou a implantação do sistema de videoconferência no Câmpus sede e nos demais campi da UEM.

Dando continuidade ao processo de expansão de curso na UEM, em 2009/2010 foram criados, na modalidade a distância, os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Física, História, Letras e Pedagogia, e em 2023 foi criado o curso de Tecnologia em Gestão



Pública; e na modalidade presencial os cursos de Artes Cênicas, Artes Visuais, Biomedicina, Bioquímica, Comunicação e Multimeios, Engenharia Elétrica e Tecnologia em Biotecnologia (câmpus Sede) Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos (câmpus de Umuarama) Engenharia de Produção e Licenciatura em Física (câmpus de Goioerê), além da criação do Câmpus de Ivaiporã (Decreto Estadual nº 7.106, de 14 de maio de 2010) e consequente criação dos cursos de Educação Física, História e Serviço Social (câmpus de Ivaiporã).

Em 1990 foi criada a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, que incorporou a Diretoria de Pessoal da Pró-Reitoria de Administração. A comunicação e a informação, bem como as atividades de mídia, tanto em nível interno como externo, passaram a cargo de uma Assessoria de Comunicação Social que, além das atividades diárias de cobertura de eventos, notícias da universidade, reportagens, etc., edita semanalmente um boletim informativo e bimestralmente faz circular o Jornal da UEM que é, inclusive, encartado nos jornais locais.

Por fim, merece destaque a introdução da informática no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Isso está sendo posto em prática em nível local pelo uso de microcomputadores, como em nível global descentralizado pela utilização de um computador central de grande porte, IBM 3090, com terminais espalhados por todo o Campus Sede e pelo Campus Regional de Goioerê. Em abril de 1998, a UEM ligou-se à Rede Intranet Paraná em ATM/ISDN, instalada em 36 unidades telemáticas nas 16 instituições de ensino e tecnologia vinculadas à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.



8.1 – Missão

Conforme estabelecido na Resolução 021/2005-COU, a UEM tem como:

Missão

Produzir conhecimento por meio da pesquisa; organizar, articular e disseminar os saberes por meio do ensino e da extensão, para formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade.

Visão de Futuro

Tornar a UEM uma instituição de excelência na formação de profissionais e pesquisadores, capazes de atender às necessidades e aos anseios da sociedade, de forma geral, e aos da comunidade onde ela está inserida.

8.2 – Princípios e valores

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado do Paraná, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade Estadual de Maringá visa ofertar o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O curso de Administração Pública seguirá os seguintes princípios norteadores, além daqueles previstos no artigo 8º da Resolução nº 079/2004-CEP, para formar o profissional dentro do perfil definido:

- I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes, hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;



- II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe;
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

8.3 – Outros aspectos

A Universidade Estadual de Maringá — UEM, é uma universidade pública mantida pelo Estado do Paraná e subordinada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. O esforço e a qualificação de seu corpo docente tem sido reconhecido por diferentes rankings mundiais, criados para medir a qualidade das universidades a partir de diversos critérios acadêmico-científico.

Com sede na cidade de Maringá onde funciona a sua estrutura administrativa e a maioria de seus cursos de graduação e pós-graduação, a UEM também está presente em diversas cidades da região por meio de seus campi e base avançada.

Sua estrutura administrativa compreende:



I - Órgãos de deliberação superior:

a) Conselho Universitário (COU) — é o órgão máximo da Universidade e tem a função de exercer sua supervisão geral e traçar políticas institucionais. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor e representantes dos departamentos, servidores, estudantes, comunidade local e regional.

b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) — é um órgão consultivo e deliberativo em matérias referentes ao ensino, a pesquisa e a extensão. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, coordenadores de colegiado de cursos e representantes de estudantes, comunidade local e regional.

c) Conselho de Administração (CAD) — é um órgão deliberativo que trata da orientação administrativa da Universidade. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, diretores de centros, representantes dos servidores técnico-administrativos, estudantes e comunidade local e regional.

d) Conselho de Integração Universidade-Comunidade — é um órgão propositivo e consultivo. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, ex-reitores, ex-vice-reitores e representantes do governo e da sociedade.

II – Reitoria;

Compreende a administração central, pró-reitorias, assessorias e demais órgãos suplementares.

III – Centros de Ensino;

Compreendem as unidades universitárias de integração dos departamentos do sistema de ensino, de pesquisa e de extensão. A universidade divulga anualmente seus principais números por meio de publicação estatística realizada pela Assessoria de Planejamento (www.asp.uem.br)



9 – Concepção do Curso Administração Pública a distância

O curso de Bacharelado em Administração Pública, na modalidade de educação à distância, faz parte do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos, da Universidade Aberta do Brasil — UAB.

O Projeto Universidade Aberta do Brasil foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

O Curso em Administração Pública é ofertado pela Universidade Estadual de Maringá, num total de até 150 vagas, distribuídas em sete Pólos Regionais de Educação a Distância: Astorga, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Jacarezinho, Londrina Sarandi e Umuarama.

Princípios Norteadores do Projeto Pedagógico

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância — SEED, estimula a oferta do curso de Administração Pública, na modalidade de ensino a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercer a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.



9.1 – Diretrizes metodológicas para formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:



I — o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *republica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

- — a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;

III — a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

9.2 – Dimensões de formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

- epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico- metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

9.3 – Concepção pedagógica do Curso

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.



O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade — os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino — envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) — de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

O TCC está estruturado em uma disciplina de 120 horas, contemplando discussão metodológica, elaboração de projeto, desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisa.

9.3.1 – Objetivo geral

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.



9.3.2 – Objetivos específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
- V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
- VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.



9.4 – Perfil do egresso

O curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Maringá (UEM) está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública. As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública proposto pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Sendo assim, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;



- VI. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- VII. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- V. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VI. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;



- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.



9.5 – Organização curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.

As disciplinas eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima.



9.6 – Carga horária

A carga horária total do curso contempla 3.120 horas.

9.7 – Matriz curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito módulos e são de natureza:

I. Obrigatória — conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas), e ao Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.850 horas;

II. Optativa — compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;

III. Eletiva — conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 60 horas;

IV. Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando 120 horas, conforme regulamento próprio de cada Ipes.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

Quadro 2 – Resumo de distribuição da carga horária

Conteúdos	Créditos	Carga horária		%
		Teórica	Extensão	
		Total 2550		
Disciplinas obrigatórias	174	2.238	312	82
Conteúdos de Formação Básica (FB)	46	663	27	22
Conteúdos de Formação Profissional (FP)	118	1.540	230	56
Conteúdos de Formação Complementar (FC)	6	35	55	13



Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
Demais disciplinas	6	150	5
- Disciplinas eletivas	4	60	2
- 3 Disciplinas optativas	6	90	3
TCC	8	120	4
Estágio Supervisionado	12	180	6
Atividades Complementares	8	120	4
Carga horária total do Curso	208	3.120	100

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Maringá (UEM) estão especificadas no Quadro 3:

Quadro 3 – Matriz curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública.

EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
3	Auditoria e controladoria	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
4	Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
5	Administração Pública Brasileira	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
6	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	2	30	FB	Geral	Obrigatória
7	Ciência Política	2	30	FB	Pub.	Obrigatória
8	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
9	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
10	Cooperação Internacional	4	60	FP	Geral	Obrigatória
11	Decisão e Informação na Gestão Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
12	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
13	Direito e Legislação Tributária	2	30	FB	Pub.	Optativa
14	Economia Brasileira	4	60	FB	Geral	Obrigatória

(continuação)



EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
15	Empreendedorismo governamental	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
16	Estatística Aplicada à Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
17	Estratégia nas Organizações Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
18	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
19	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FP	Geral	Obrigatória
20	Gestão da qualidade no Setor Público	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
21	Gestão de Operações e Logística I	2	30	FP	Geral	Optativa
22	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
23	Gestão de Projetos Públicos	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
24	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
25	Gestão do Conhecimento	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
26	Gestão Social e Participação Popular	4	60	FP	Geral	Obrigatória
27	Governo Eletrônico	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
28	Inovação na Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
29	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
30	Introdução à EaD	2	30	FC	Geral	Obrigatória
31	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
32	Licitação, Contratos e Convênios	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
33	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2	30	FB	Geral	Optativa
34	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
35	Marketing e Sociedade	2	30	FB	Geral	Optativa
36	Matemática Financeira	2	30	FP	Geral	Obrigatória
37	Matemática para Administradores	4	60	FP	Geral	Obrigatória
38	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
39	Métodos e técnicas de estudos	2	30	FB	Geral	Obrigatória
40	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
41	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória



EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
42	Organização, Sistemas e Métodos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
43	Planejamento Governamental	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
44	Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
45	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
46	Redação Oficial	2	30	FB	Geral	Optativa
47	Regulação de Serviços Públicos	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
48	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
49	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
50	Tópicos especiais de gestão municipal	2	30	FP	Pub.	Optativa
51	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
52	Teorias da Administração I	4	60	FB	Geral	Obrigatória
53	Eletivas da Ipes I	2	30	-	-	Obrigatória
54	Eletivas da Ipes II	2	30	-	-	Obrigatória
55	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I – Ética na Administração Pública	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
56	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II – Índices de Governança Municipais Públicos e Privados	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
57	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III – Tópicos Especiais em Administração e Gestão Pública	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
58	TCC	8	120	-	-	Obrigatória

Legenda: CR – Créditos; FB – Conteúdos de Formação Básica; FP – Conteúdos de Formação Profissional.

(*) Sugere-se que a disciplina Introdução à EaD seja ofertada como primeira atividade do curso, sendo esta uma iniciativa para facilitar a ambientação do aluno.



9.8 – Conteúdo programático

O ementário das disciplinas está definido no Anexo B.

Em relação aos critérios de avaliação, os mesmos seguirão estruturação disponibilizada pela UEM, a partir da DAA. Tais processos de avaliação são divididos em processo avaliativo A + processo avaliativo B, sendo possível a realização de um processo avaliativo C (Exame). Para todas as ementas do curso, as provas deverão ter peso sete e as atividades peso três no processo avaliativo. Cada docente, juntamente com NDE e/ou coordenação do curso e/ou colegiado do curso poderão instituir notas avaliativas de zero a dez para todas as atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem, sejam trabalhos e/ou provas individuais e/ou em grupos, respeitando os pesos aqui determinados. No início de cada disciplina, será disponibilizado o Plano de Ensino / Guia Didático da disciplina com toda a explanação, programação e planejamento a respeito.

9.9 – Disciplinas eletivas

São disciplinas ofertadas a partir do Módulo VI, cujos conteúdos remetem a temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público a demanda regional. Os alunos devem escolher as disciplinas eletivas dentre as que são ofertadas pela Ipes.

Para composição das 60 horas optar-se-á pela distribuição de duas disciplinas de 30h: a) Elaboração de Casos para Ensino e b) Construção de Casos para Ensino.

9.10 – Temas Contemporâneos na Gestão Pública

Para a formação integral do profissional da Administração Pública, há também, na estrutura curricular do curso, as disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, com as ementas a serem definidas por cada Ipes.

Espera-se que, nessas disciplinas, possam ser tratadas questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública.



9.11 – Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado totaliza 180 horas e será cumprido de acordo com o Regulamento de Estágio do Curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Maringá (UEM) ou específico do curso, observados os regulamentos normativos da instituição e o conjunto normativo legal que rege o tema. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, bacharelado, em especial em seu artigo 7.

9.12 – Atividades Complementares

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 4% da carga horária total do curso, e serão regulamentadas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A oferta das atividades será organizada em regulamento próprio. Sendo utilizado como atividades:

- ▶ Oficinas com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública. Pode ser aplicada de forma presencial, podendo ser realizadas em cada Módulo ou concentradas em Módulos específicos.
- ▶ Palestras cujos temas permeiam a gestão pública.
- ▶ Visitas Técnicas.
- ▶ Para integralização curricular do Curso de Administração Pública, na modalidade à distância, o aluno deverá cumprir o número de **120** horas fixadas para as AACs, através da participação em:

- I. Monitoria acadêmica;
- II. Projetos de ensino;
- III. Projetos de pesquisa;
- IV. Projetos de extensão;
- V. Programas de Iniciação Científica;
- VI. Estágio Voluntário;
- VII. Cursos especiais;
- VIII. Eventos;
- IX. Disciplina de Libras (língua Brasileira de Sinais).

Todas as atividades devem estar estritamente relacionadas a formação do Administrador.



9.13 – Atividades de Extensão

As atividades de extensão têm como objetivo promover ações integradas nas diversas áreas da Administração, bem como ações interdisciplinares em parceria de outros cursos da UEM, visando a participação efetiva de estudantes da graduação em Administração, nas Atividades Acadêmicas de Extensão. Para isso, adotará metodologias diversificadas que estejam alinhadas com as ações propostas, podendo adotar a pesquisa-ação, pesquisa participante, observação-participante, rodas de conversas, dentre outras que melhor se aderem às atividades extensionistas.

As ações de extensão que compõe o presente projeto são propostas, acompanhadas e avaliadas por docentes do Departamento de Administração e direcionadas órgãos públicos da esfera municipal, estadual e federal, organizações informais atendidas por projetos governamentais e organizações do 3º setor, da cidade de Maringá e região de sua abrangência de Pólos a saber: Pólo de Astorga, Pólo de Cidade Gaúcha, Pólo de Cruzeiro do Oeste, Pólo de Jacarezinho, Pólo de Londrina, Pólo de Sarandi e Pólo de Umuarama.

O aluno deverá cumprir 312 horas de extensão de acordo com o Plano de Ação de Extensão (ou plano de intervenção), disposto pelo Regulamento de Extensão do Curso. As atividades a serem desenvolvidas devem estar alinhadas às Linhas Temáticas principais e específicas das ações extensionistas do curso (exposta acima), as quais também devem estar associadas a um ou mais ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

Desta forma, o projeto executará, entre outros, procedimentos de orientação, aconselhamento, atendimento, consultoria e assessoria, treinamentos e cursos a diferentes públicos [ver item público alvo] de modo a atendê-los em suas necessidades relacionadas aos variados aspectos da gestão pública e cidadania, por meio virtual ou presencial (preferencialmente nos Polos), como rodas de conversa, encontros, entrevistas, observação-participante, pesquisa-ação, pesquisa participante, entre outros meios e técnicas.

Para fins de creditação curricular das atividades de extensão no curso de Administração Pública, o componente curricular, nominado por essa normativa como Unidade Curricular de Extensão (UCE), ocorre de forma mista de disciplinas.



10 – Estrutura Administrativo-Pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias a efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino- aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores — sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa.

A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:



- **o estudante:** estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- **professores autores:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs));
- **professores formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **professores pesquisadores:** ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;
- **tutores:** prioritariamente formado por bacharéis em Administração, ou em áreas afins (preferencialmente, profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe profissional). Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”; e
- **equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

10.1 – Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores, Coordenador de curso, Coordenador de tutoria, tutores (presencial e a distância), secretários, e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

O acadêmico com deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ato da matrícula ou no decorrer do curso, poderá solicitar o apoio previsto na legislação, indicando qual o tipo de deficiência/necessidade especial apresenta.

Dentre os tipos de apoio disponibilizados estão: a) adaptação curricular e de recursos, tais como: impressões em Braille, impressões em fonte ampliada, textos digitalizados em formato acessível aos acadêmicos com cegueira e baixa visão; tempo estendido e espaço físico para realização de avaliações; b) mediação pedagógica específica: tradutor/intérprete de Libras e monitoria especial.



Esse apoio é ofertado pelo PROPAE - Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais, em acordo com os colegiados de cursos. Integram o referido programa, professores, técnicos e alunos que desenvolvem projetos de pesquisa, ensino e extensão envolvendo a temática da Educação Especial.

O PROPAE está lotado na Pró-Reitoria de Ensino (PEN), em conjunto com a qual, vem desenvolvendo ações no sentido de garantir a acessibilidade no ensino superior viabilizando o ingresso, a permanência e a terminalidade dos estudos aos acadêmicos da UEM que apresentam deficiência e/ou NEE.





10.2 – Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá conforme programação da Ipes.

Cursos de extensão propostos/ofertados pelo NEAD em 2020:

- Google Classroom: instruções técnicas e pedagógicas
- Ambientação na Plataforma Moodle: instruções técnicas e pedagógicas
- I Seminário Internacional de Cultura Digital e Educação – SICDE
- Sobreviver à Quarentena: ferramentas para sua saúde física e mental e vida financeira
- Capacitação de professores de inglês para o atendimento a alunos disléxicos.

Cursos de extensão propostos por departamentos e ofertados em parceria com o NEAD em 2020:

- Neurociências Aplicada à Educação
- As Tecnologias Educacionais e a Preparação de Aulas em Modo Remoto
- Educação Financeira Sustentável: Base Para a Prosperidade
- Formas de solução de conflitos de interesse
- Internacionalização acadêmica e Formação de professores: abordando o Inglês como Meio de Instrução
- Sobreviver à Quarentena: ferramentas para sua saúde física e mental e vida financeira
- Capacitação de professores de inglês para o atendimento a alunos disléxicos

Esses cursos mencionados e outros serão ofertados anualmente para toda estrutura administrativa-pedagógica do Curso e da Universidade.



10.3 – Docentes que participam da Gestão do Curso

A atual gestão conta com a Coordenação pela professora Dra. Olga Maria Coutinho Pépece e como coordenadora adjunta a profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa.

Geralmente, de modo bi-anual há eleição no Departamento de Administração para definição de quem serão os professores eleitos para comporem a coordenação titular e adjunto do curso.

O Anexo C apresenta os docentes que participaram no curso nas turmas anteriores e que participarão da próxima turma.

11 — Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico- Administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- ▶ os processos de orientação e avaliação próprios;
- ▶ o monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem rede comunicacional e produção de material didático.



Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente, o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa, com exceção das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, que, devido a suas especificidades, ficarão a cargo de cada Ipes.



11.1 – Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.



Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início do curso e ao longo do curso.

Após a seleção dos tutores, os candidatos deverão participar do processo de formação que supõe a participação em um curso sobre EAD, a participação de grupos de estudo sobre o material didático do curso e questões relativas ao processo de orientação. Os tutores deverão ainda participar duas vezes por ano de um programa de capacitação realizado na sede. Todos os tutores serão certificados ao final do Curso

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- moodle (plataforma online);
- Google sala de aula;
- Telegram;
- Google meet;
- Doodle



11.2 – Encontros presenciais/síncronos

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.

Destacam-se, previamente, os seguintes encontros presenciais, preferencialmente:

- *Aula inaugural no início do curso:* com o objetivo de oferecer uma visão geral do processo de desenvolvimento do curso, assim como da modalidade a distância. Haverá também formação para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem e para uso do aplicativo para acompanhamento pedagógico do curso.
- *No início de cada semestre:* servirão para oferecer a visão geral do processo de desenvolvimento do semestre. Haverá entrega dos materiais didáticos do semestre bem como exploração das atividades de estudo e pesquisa, visando principalmente orientações quanto aos seminários temáticos.
- *No final de cada semestre letivo:* onde serão realizados os seminários temáticos, as avaliações de aprendizagem presenciais e as sínteses dos módulos.
- Reuniões periódicas da coordenação com os tutores.
- Reunião dos membros do colegiado, sempre que convocados.
- Reunião com representação da coordenação nos colegiados superiores da IES.

12 – Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.



12.1 – Avaliação Institucional

Comissão Própria de Avaliação da UEM (CPA) foi instituída pelo Conselho Universitário da UEM em dezembro de 2005, responsável pela execução de parte do processo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tendo por finalidade coordenar o processo interno de avaliação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em suas múltiplas dimensões.

Ao longo de décadas de existência, a CPA buscou sistematizar na UEM um processo contínuo de avaliação interna, assegurado pela Proposta de Autoavaliação aprovada por meio da Resolução n.º 015/2006-COU, com o propósito de tornar a prática da avaliação institucional um instrumento de gestão, gerando reflexão permanente das ações na Universidade, buscando fortalecer as relações da Universidade com a sociedade civil, enfatizando que a tarefa da avaliação na UEM é de caráter globalizante e interativo; firmando-se como uma avaliação institucional que possibilite à Comunidade Universitária o autoconhecimento e a definição de horizontes claros no planejamento de ações destinadas à superação das dificuldades e o aprimoramento institucional.

Com um olhar no futuro e nos princípios estabelecidos pela Lei do SINAES e legislação conexa, a CPA institucionalizou uma estrutura para a realização da Autoavaliação de forma a garantir a continuidade do sistema, independentemente de seus dirigentes.

No Paraná, as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEEs) públicas seguem um sistema de avaliação próprio que é o Sistema Estadual de Avaliação da Educação Superior (SEAES), sob a competência da Coordenadoria de Ensino Superior (CES) e da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná (CEA) vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), não tendo a obrigatoriedade de submissão do relatório de autoavaliação institucional ao INEP. A Deliberação nº 01/2017, do Conselho Estadual de Educação (CEE) fixou normas para as Instituições de Educação Superior mantidas pelo Poder Público Estadual e pelo Municipal do Estado do Paraná e dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos.



Atualmente, regulamentada pela Resolução nº 015/2013-COU, a CPA tem a seguinte composição: sete docentes, indicados em processo próprio, sendo um de cada Centro de Ensino; três técnico-administrativos, eleitos por seus pares em processo próprio; dois discentes indicados pelo Diretório Central de Estudantes em processo próprio; dois representantes da sociedade civil organizada, sendo um indicado pela Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM) e um indicado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Maringá (SINTEEMAR).

12.2 – Avaliação dos Subsistemas de EaD

A EaD oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores, sujeitos ativos na implementação do mesmo; de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante; do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*), etc.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. Sendo assim, o Curso de Administração Pública na modalidade à distância possui estrutura administrativa-pedagógica que contempla:



- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “à distância”;
- Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impresos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores: ligados a programa de pós-graduação da Instituição, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- Tutores (presenciais, à distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso. Atuam sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- A estrutura organizativa: composta pelos sub-sistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.
- A comunicação: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- O trabalho cooperativo: na modalidade à distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer



instrucional, Web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do percurso do estudante;
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade à distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, prevêem:

- *Rede Comunicacional:* torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a Instituição e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica, com a garantia de: (1) manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso; (2) designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso; (3) manutenção dos núcleos tecnológicos na Instituição e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e (4) organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a Instituição.
- *Produção de Material Didático:* O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico.



A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

O curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade Educação à Distância realizará sua avaliação balizando-se pelos mesmos critérios do curso em Administração, modalidade presencial, bem como pelas referências de qualidade definidas pelo MEC para os cursos de graduação em EaD. De acordo com o MEC, o fundamento da graduação deve ser a educação das pessoas para a vida e o mundo do trabalho.

O curso será avaliado anualmente e de forma permanente por uma comissão instituída pela Universidade, podem ser constituídas pelo coordenador geral, coordenador pedagógico e supervisores de tutoria e outros membros da Universidade. Será operacionalizado por meios eletrônicos (Internet), viabilizado tecnicamente pelo Núcleo de Processamento de Dados da UEM.

A estrutura das questões e o processo valorizam a opinião do acadêmico. Além disso, permite fazer um acompanhamento personalizado, sistemático, série por série, disciplina por disciplina, avaliando, ainda, a metodologia do ensino e a infraestrutura técnica e de pessoal, envolvendo todos os atores do sistema de educação a distância. O sistema fornecerá resultados rapidamente, podendo ser, em seguida, disponibilizado à comunidade.



A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino- aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3 – Avaliação de Aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.



É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Avaliações de desempenho do estudante

A educação a distância tem como pressuposto a educação contínua e permanente e, portanto, a avaliação deve ser refletida como uma atividade que tem por função subsidiar a tomada de decisão e requer tratamentos e considerações especiais.

Um dos aspectos a ser considerado é o fato do acadêmico não contar, de forma constante, com a presença física do professor. Desta forma, a metodologia adotada será aquela que possibilite: (1) a interação permanente com os professores e tutores, todas as vezes que o acadêmico sentir alguma dificuldade no aprendizado; (2) segurança ao acadêmico na sua capacidade de emitir juízos próprios e de análise dos processos apresentados.

Para tanto, o material básico deve possibilitar ao aluno questionar/relacionar o conteúdo com suas próprias experiências e desencadear o surgimento de outras formas de conhecimento a partir dos referenciais teóricos relacionados durante o curso.

Neste contexto, as avaliações devem ser contínuas, cumulativas e formativas, possibilitando aos avaliadores a identificação da real condição do aluno e garantindo a qualidade de ensino requerida pelo curso.

As avaliações serão efetivadas de acordo com o seguinte critério básico:

Avaliações Não-Presenciais:

- a) Acompanhamento do percurso do acadêmico, verificado pelo seu envolvimento e comprometimento com os estudos, desenvolvimento das atividades propostas pelo material didático e relacionamento com professores/tutores;



- b) Resumos, resenhas, exercícios, estudos de casos e outras formas de elaboração, de forma individual ou em grupo, coordenados pelos professores responsáveis.

Avaliações Presenciais:

- a) Provas individuais e presenciais, elaboradas pelos docentes responsáveis pelas áreas de conhecimento;
- b) Trabalhos escritos que possibilitem a expressão dos conhecimentos trabalhados;
- c) Apresentação, nos seminários temáticos realizados ao final de cada módulo, dos resultados de estudos e pesquisas realizadas durante o módulo.

Para as avaliações definidas acima, serão atribuídas notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), de acordo com os critérios de avaliação de cada uma das disciplinas oferecidas. Ao acadêmico que for atribuída a nota abaixo de 6,0 (seis) será dada uma nova oportunidade, no módulo imediatamente seguinte, de forma que ele refaça a disciplina e seja novamente avaliado. A reprovação em mais de duas áreas de conhecimento em um mesmo módulo, assim como a segunda reprovação em uma mesma área levará à retenção do aluno no módulo.

Para o desenvolvimento da estrutura curricular serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- Módulos impressos por áreas de conhecimento;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Fóruns e Chats;
- Encontros Presenciais;
- Estudos à distância;
- Sistema de Acompanhamento ao Estudante a Distância (tutoria local e a distância).

A dinâmica adotada para a aplicação dos Módulos será a mesma para todas as séries da seguinte forma:

- Cada série é composta de dois módulos, sendo um por semestre. Cada semestre vai ter em média 330 (trezentos e trinta) horas, totalizando aproximadamente 660 horas por ano;



- Os estudos serão independentes e vão ter como referência básica o material impresso, o ambiente virtual de aprendizagem e o sistema de acompanhamento;
- Os alunos devem seguir a seqüência dos módulos, isto é, o aluno só poderá ingressar no módulo subsequente quando finalizado o anterior.

A UEM disponibilizará aos estudantes dos Pólos Regionais de Educação a Distância infra-estrutura técnica e pedagógica que serão utilizados para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

13 – Processo de Comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão: telefone, *chat* via plataforma online, web conferências, sendo este o momento síncrono dos alunos com os professores.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: através da plataforma online utilizada pela Instituição, os alunos farão uso de fóruns tira- dúvidas, *e-mails* para se comunicar com a Secretaria e entre outros.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.



Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino- aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm.

BRASIL. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Edital nº 01, de 27 de abril de 2009. Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2009. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf.



ANEXO A – Sugestão de Fluxo

1º MÓDULO	2º MÓDULO	3º MÓDULO	4º MÓDULO	5º MÓDULO	6º MÓDULO	7º MÓDULO	8º MÓDULO
360 h/a	390 h/a	390 h/a	360 h/a	390 h/a	390 h/a	390 h/a	330 h/a
Filosofia e Ética	Instituições de Direito Público e Privado	Administração Pública Brasileira	Direito Administrativo	Estratégia das Organizações Públicas	Gestão de Projetos Públicos	Auditoria e Controladoria	Responsabilidade Social e terceiro Setor
Teorias da Administração I	Contabilidade geral	Estatística Aplicada à Administração	Planejamento Governamental	Gestão de pessoas no Setor Público	Orçamento Público	Regulação de Serviços Públicos	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Contabilidade de Aplicada ao Setor Público	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Gestão do Conhecimento	Negociação e Arbitragem	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
Métodos e técnicas de estudos	Matemática para Administradores	Teoria das Finanças Públicas	Organização, Sistemas e Métodos	Economia Brasileira	Licitação, Contratos e Convênios	Inovação na Administração Pública	Empreendedorismo Governamental
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	Administração Pública	Matemática Financeira	Decisão e Informação da Gestão Pública	Governo Eletrônico	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Gestão da qualidade no Setor Público	Cooperação Internacional
Psicologia Organizacional I	Sociologia Organizacional	Gestão Social e Participação Popular	Optativa II	Políticas Públicas	Eletiva I	Eletiva II	Optativa III
Ciência Política		Optativa I					
Introdução à EaD	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Temas Contemporâneos na Gestão Pública II	Temas Contemporâneos na Gestão Pública III			TCC	TCC
				Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	



ANEXO B – Ementário

Módulo 1

Disciplina: FILOSOFIA E ÉTICA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.					
Bibliografia Básica: CHAUI, Marilena. Iniciação à Filosofia . São Paulo: Editora Ática, 2017. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia : dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. SERRANO, Pablo Jimenez. Ética e Administração Pública . Rio de Janeiro: Alinea, 2017.					
Bibliografia Complementar: APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna . Petrópolis: Editora Vozes, 1994. HADOT, Pierre. O que é a filosofia antiga? 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética : de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.					



Disciplina: TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.					
Bibliografia Básica: GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. Administração : Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração . São Paulo: Atlas, 2015. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração . 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.					
Bibliografia Complementar: DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração . São Paulo: Cengage, 2017. LODI, João Bosco. História da Administração . 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003. MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. A Companhia : História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003. MOTTA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional : A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de Administração Pública Brasileira . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.					



Disciplina: INTRODUÇÃO À ECONOMIA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balanço de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.					
Bibliografia Básica: KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Campus, 2015. MANKIW, Nicholas Gregory. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2015. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). Manual de Economia . Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.					
Bibliografia Complementar: DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia : para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003. GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2007. NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. Introdução à Economia . São Paulo: Editora Saraiva, 2013. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2016. SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia . Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.					



Disciplina: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					12h
Ementa: Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise, e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT. Métodos e técnicas de planejamento e execução de atividades extensionistas.					
Bibliografia Básica: BERNABE, Tierno. As melhores técnicas de estudo . São Paulo: Martins Fontes, 2003. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos . Curitiba: Juruá, 2015. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas . São Paulo: Atlas, 2014.					
Bibliografia Complementar: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações . São Paulo: Cortez, 2006. BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. Introdução às técnicas do trabalho intelectual . Araraquara: UNESP, 1989. ELSON, Adalberto Teixeira. Leitura dinâmica e memorização . São Paulo: Cultura, 2008. GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura . Campinas: Pontes, 2016.					



Disciplina: CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					15h
Ementa: Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais. Como atividade extensionista os alunos deverão desenvolver alguma atividade junto a algum grupo da sociedade para informa-los sobre seus direitos sociais no Brasil.					
Bibliografia Básica: BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão , Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003. CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil : o longo caminho. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001. IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. Políticas Sociais: acompanhamento e análise , Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.					
Bibliografia Complementar: ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais : determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000. HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil . Rio de Janeiro: IPEA, 2000. PEREIRA, Potyara A. P. Política social : temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça . Rio de Janeiro: Campus, 1979. SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). Democracia, Mercado e Estado . O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.					



Disciplina: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.					
Bibliografia Básica: BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). Psicodinâmica do trabalho : contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014. CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização : dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . Porto Alegre: Artmed, 2014.					
Bibliografia Complementar: BERGAMINI, Cecília W. Liderança : Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional . São Paulo: Atlas, 1997. DEJOURS, Christophe. A Loucura do trabalho : estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho . São Paulo: Campus, 2009. SCHEIN, Edgard H. Psicologia organizacional . Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.					



Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.					
Bibliografia Básica: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro : uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007. PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública : Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.					
Bibliografia Complementar: NICOLAU, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. RIBEIRO, João Ubaldo. Política : quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010. SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento . São Paulo: Hucitec, 2010. TAYLOR, Esteven L. Política : cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016. WEBER, Max. Economia e Sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.					



Disciplina: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.					
Bibliografia Básica: CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS, 2010.					
Bibliografia Complementar: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015. MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2011. SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010. SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.					



Módulo 2

Disciplina: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.					
Bibliografia Básica: CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018. DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). Instituições de Direito Público e Privado . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado . São Paulo: Saraiva, 2017.					
Bibliografia Complementar: BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado . 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo . 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.					



Disciplina: CONTABILIDADE GERAL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstrac�o do Valor Adicionado, Demonstrac�o do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apurac�o do Resultado do Exercício.					
Bibliografia Básica: IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por A�oes: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008. IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. Contabilidade introdutória. 11. edi�o, São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2010.					
Bibliografia Complementar: COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos . Acesso em: 2 jun. 2017. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FINECAFI: Atlas, 2013. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017. SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. Curso de Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2015.					



Disciplina: MACROECONOMIA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.					
Bibliografia Básica: BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017. KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Macroeconomia . 3. ed. São Paulo: Elsevier:Campos, 2015. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.					
Bibliografia Complementar: BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira . São Paulo: Alínea, 2006. DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomia . 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação . São Paulo: Atlas, 1990. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário . São Paulo: Atlas, 2008. SAMPAIO, Luiza. Macroeconomia: esquematizado . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.					



Disciplina: MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.					
Bibliografia Básica: GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012. SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.					
Bibliografia Complementar: BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. Mathematics For Business: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017. CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. Business Mathematics. 13. ed. Pearson, 2014. GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2007. TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.					



Disciplina: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					25h

Ementa:

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, *Accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Como atividade extensionista os alunos de verão desenvolver uma atividade de levantamento junto a algum público de órgão público identificar algum conteúdo específico, dentro da disciplina de Administração Pública, que gostariam de conhecer e preparar workshop, ou palestra ou minicurso, ou atividade semelhante para este público para apresentar tal conteúdo.

Bibliografia Básica:

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). **Handbook de Administração Pública**. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

Bibliografia Complementar:

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). *Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI*. In: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. **Documento aprovado**. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. **A nova administração Pública: Profissionalização eficiência e governança**. São Paulo: DVS, 2011.

WILSON, Woodrow. *The Study of Administration*. *Political Science Quarterly*, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. **Classics of Public Administration**. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.



Disciplina: SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.					
Bibliografia Básica: BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. Manual de Psicossociologia das Organizações . Rio de Janeiro: Escolar, 2011.					
Bibliografia Complementar: CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização . São Paulo: Atlas, 1992. LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral . 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999. LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. Repensando as organizações: da formação à participação . Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004. JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos . São Paulo: Cengage, 2018. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologias das organizações . São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.					



Disciplina: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I: ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					10h

Ementa:

Aspectos conceituais sobre ética. Desenvolvimento histórico da ética. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Panorama das relações humanas na sociedade. Função da ética. Ética como prescrição de condutas. Valores e normas: o padrão ético. Teorias éticas. Dimensões cognitivas e atitudinais da ética: mérito da ação (intenção e juízo desinteressado); escolha e deliberação; virtudes e caráter; autonomia e responsabilidade. 2. Ética no serviço público - Responsabilidade ética, cidadania e função pública. Administração Pública e ética na sociedade. O padrão ético do serviço público. Premissas da conduta ética na função pública. Aspectos conceituais da vida pública: república e democracia; estado, cidadania e império da lei; cargo público; prestação pública de contas (accountability). Ética e Transparência como instrumento da gestão pública. Estratégias para a promoção da ética no serviço público. Formas de combate a corrupção.

Como atividade extensionista os alunos deverão levantar junto a algum público de órgão público algum conteúdo específico, dentro da disciplina, que seria do interesse do público e preparar workshop, ou palestra ou minicurso, ou atividade semelhante para este público para apresentar tal conteúdo.

Bibliografia Básica:

BIBLIOGRAFIA ALMINO, J. O segredo e a informação: ética e política no espaço público. São Paulo: Brasiliense, 1986.
AVRITZER, L.; BIGNOTO, N.; GUIMARÃES, J; STARLING, H. (Orgs.) A corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003. _____. Presidência da República. Desvios éticos: risco institucional. Brasília: 2002. _____. Decreto n. 1171. Brasília: Planalto, 1994. [Código de Ética do Servidor Público]. . Lei 8.122. Brasília: Senado, 11.12.1990. [Lei do Servidor Público, especialmente os artigos 116 e 117]. _____. Lei 8429. Brasília: Senado, 02.06.1992. [Lei da Improbidade Administrativa, especialmente os artigos 10, 11 e 12]. _____. Presidência da República. Código de Conduta da Alta Administração Federal e normas complementares. 4.ed., Brasília: 2009. _____. Decreto 6.029. Brasília: 2007. [Gestão da Ética] _____. Decreto 4.081, de 11/1/2002. [Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República] _____. Lei 8.027. Normas de conduta dos servidores públicos e civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Brasília: Senado, 12.04.1990.



Bibliografia Complementar:

BRASIL. Comissão de Ética Pública, criada pelo Decreto de 26/5/199 _____. Resolução n. 2, de 24/10/2000. Regula a participação de autoridade pública abrangida pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal em seminários e outros eventos. _____. Resolução n. 3, de 23/11/2000. Estabelece regras sobre o tratamento de presentes e brindes aplicáveis às autoridades públicas abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal. _____. Resolução n. 5, de 7/6/2001. Aprova o modelo de Declaração Confidencial de Informações a ser apresentada por autoridade submetida ao Código de Conduta da Alta Administração Federal, e dispõe sobre a atualização de informações patrimoniais para os fins do art. 4 o do Código de Conduta da Alta Administração Federal. _____. Resolução n. 8, de 25/9/2003. Identifica situações que suscitam conflito de interesses e dispõe sobre o modo de preveni-los.





Disciplina: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e <i>ninguendade</i> . Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.					
Bibliografia Básica: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. COSTIN, Claudia. Administração Pública . São Paulo: Elsevier, 2010. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.					
Bibliografia Complementar: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial . Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998. JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local : Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados . São Paulo: Qualitymark, 2008. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública : limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro : a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.					



Disciplina: ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.					
Bibliografia Básica: BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial . São Paulo: Atlas, 2013. BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. Estatística para Ciências Humanas . 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.					
Bibliografia Complementar: BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS . Porto Alegre: Bookman, 2009. LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. Estatística Teoria e Aplicações . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. LOESCH, Claudio. Probabilidade e Estatística . São Paulo: LTC, 2013. MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e a sua prática . 6. ed. São Paulo: LTC, 2014. TRIOLA, Mario. F. Introdução à Estatística . 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.					



Disciplina: CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.					
Bibliografia Básica: ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas . 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público : abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público . Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.					
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público . 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d . Acesso em: 2 jun. 2017. CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo os Resultados Fiscais . Brasília: Gestão Pública Ed., 2015. FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público : Do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público . Brasília: Gestão Pública Ed., 2015. FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público . Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.					



Disciplina: TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, <i>déficits</i> e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.					
Bibliografia Básica: GIACOMONI, James. Orçamento público . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017. GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas : teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. Finanças públicas : Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.					
Bibliografia Complementar: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil . 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. GRUBER, Jonathan. Finanças Públicas e Política Pública . São Paulo: LTC, 2008. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas : A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. REZENDE, Fernando. Finanças públicas . São Paulo: Atlas, 2015. REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). A reforma esquecida : orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas . Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.					



Disciplina: MATEMÁTICA FINANCEIRA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.					
Bibliografia Básica: ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações . São Paulo: Atlas, 2016. FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). Introdução a Matemática Financeira . Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.					
Bibliografia Complementar: BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática Financeira: com HP 12C e Excel . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. FERREIRA, Roberto G. Matemática Financeira Aplicada . São Paulo: Atlas, 2014. TOSI, Armando José. Matemática financeira: com utilização da HP-12C . 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009. VERAS, Lília Ladeira. Matemática financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.					



Disciplina: GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					30h
Ementa: Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática. Como atividade extensionista os alunos deverão levantar junto a algum público de órgão público algum conteúdo específico, dentro da disciplina, que seria do interesse do público e preparar workshop, ou palestra ou minicurso, ou atividade semelhante para este público para apresentar tal conteúdo.					
Bibliografia Básica: BEZERRA, Marcos Otavio. Política, Governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012. BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. <i>In:</i> BORDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 2001. FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.					
Bibliografia Complementar: FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB, 2016. FISCHER, Tânia. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003. PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011. TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.					



Disciplina: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II: ÍNDICES DE GOVERNANÇA MUNICIPAL PÚBLICOS E/OU PRIVADOS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					15h

Ementa:

Gestão Municipal. Construção de indicadores e índice de gestão e desempenho na administração pública municipal. Levantamento dos índices de governança pública existentes no Brasil e no exterior para análise e compreensão. Indicadores de desempenho. Ranqueamento de municípios. Caracterização e identificação das melhores governanças municipais no país. IGM — índice de governança municipal. Como atividade extensionista os alunos deverão elaborar divulgar material orientando algum órgão do setor público a usar indicadores e índices de gestão e desempenho na administração pública municipal, estadual, e ou federal.

Bibliografia Básica:

Oliveira, A. G.; Pisa, B. J. (2015). IGovP: índice de avaliação da governança pública — instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1263-1290.

Martins, H; Marini, C. (2010). *Guia de Governança para Resultados*. Brasília, DF: Ed. Publix.

BRASIL. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Indicadores de programas: guia metodológico*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), 2010.

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos. (2018). *Guia metodológico para indicadores: orientações básicas aplicadas à metodologia do plano plurianual*. Brasília, MP: Coordenação de documentação e Informação.

Bibliografia Complementar:

Brasil. Ministério do Planejamento. Secretaria de gestão. (2009). *Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores*. Brasília: MP.

Brasil. Tribunal de Contas da União. (2000). *Técnica de Auditoria: Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos*. Brasília: TCU.

Cruz, N. F.; Marques, R. C. (2011). Índices de governança municipal: utilidade e exequibilidade. In *Anais do 8º Congresso Nacional da Administração Pública*. (p.218-234). São Domingos de Rana, Portugal.

Januzzi, P.M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 137-160.



Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.					
Bibliografia Básica: CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . São Paulo: Atlas, 2012. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo . São Paulo: Malheiros, 2014.					
Bibliografia Complementar: ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos . São Paulo: Saraiva, 1999. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Direito Administrativo . 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo . São Paulo: Saraiva, 2018. MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.					



Disciplina: PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					20h

Ementa:

Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.

Como atividade extensionista os alunos deverão levantar junto a algum público de órgão público algum conteúdo específico, dentro da disciplina Planejamento Governamental, que seria do interesse do público e preparar workshop, ou palestra ou minicurso, ou atividade semelhante para este público para apresentar tal conteúdo.

Bibliografia Básica:

CARDOSO JR., José Celso (org.). **A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4.

Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol_04.pdf.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

Bibliografia Complementar:

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. **Documento aprobado**. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>.



Disciplina: METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					30h

Ementa:

Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos. Como atividade extensionista os alunos deverão elaborar relatório de todas as atividades de extensão realizadas nos primeiro, segundo, terceiro e quarto módulos.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.



Disciplina: ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					20h
Ementa: Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico — Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. Como atividade extensionista os alunos deverão escolher algum departamento em órgão público que tenham acesso e elaborar um fluxograma neste órgão.					
Bibliografia Básica: BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos . São Paulo: Atlas, 2015. CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos : administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos : uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013.					
Bibliografia Complementar: ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional . São Paulo: Atlas, 2005. v. 1. ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional . São Paulo: Atlas, 2006. v. 2. D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos . São Paulo: Atlas, 2001. PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão : as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997. GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial : enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.					



Disciplina: DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					25h
Ementa: Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público. Como atividade extensionista os alunos deverão escolher um dos portais públicos disponíveis para o cidadão, analisar suas funções, aprender a utilizá-lo e escolher um público que poderia se beneficiar de alguma das funções deste portal para instruí-lo a se inscrever e utilizá-lo.					
Bibliografia Básica: CASSARRO, Antonio Carlos. Sistemas de Informação para tomada de decisões . São Paulo: Pioneira, 2011. LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais . São Paulo: Editora Person, 2014. SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Sistemas de Informação na Administração Pública . Rio de Janeiro: Revan, 2005.					
Bibliografia Complementar: MELO, Ivo Soares. Administração de sistemas de informação . São Paulo: Pioneira, 2006. O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet . São Paulo: Saraiva, 2011. ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento . São Paulo: Cengage, 2012. STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial . São Paulo: LTC, 2016. STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva . São Paulo: Saraiva, 2005.					



Disciplina: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III: TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA *Obs.: Disciplina que pode ser ministrada na língua portuguesa e inglesa.					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					30h
Ementa: Trata-se de ementa aberta para temas específicos na área de Administração Pública. Gestão pública contemporânea. Tendências e tópicos emergentes na gestão do setor público. Procurar-se-á estabelecer a discussão de temas e conteúdo que indiquem o estado da arte na área da administração pública; complementação da formação discente; debates de temas que transversalizam a formação discente. Como atividade extensionista os alunos deverão realizar “mutirão” para cadastrar algum público no portal gov.br. e instruir este público a utilizar o portal.					
Bibliografia Básica: A ser indicada e função de tema a ser desenvolvido.					
Bibliografia Complementar: A ser indicada e função de tema a ser desenvolvido.					



Módulo 5

Disciplina: ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.					
Bibliografia Básica: MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2007. MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo . Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas . 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.					
Bibliografia Complementar: ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica . São Paulo: Atlas, 1987. KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). Estratégia: A Busca da Vantagem Competitiva . Rio de Janeiro: Campus, 1998. THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica . 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração Estratégica: Conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.					



Disciplina: GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.					
Bibliografia Básica: LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública . Rio de Janeiro: QualityMark, 2007. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos . São Paulo: Atlas, 2007. PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescarro (org.). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público . Brasília: ENAP, 2010.					
Bibliografia Complementar: ARAÚJO, Luís Cesar G. de. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional . São Paulo: Atlas, 2008. BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos . 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010. DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional . São Paulo: Atlas, 2008. SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem . São Paulo: Atlas, 2016. ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica . São Paulo: Atlas, 2001.					



Disciplina: ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.					
Bibliografia Básica: FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de materiais . Brasília: ENAP, 2015. FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços : operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais . 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.					
Bibliografia Complementar: DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. Administração de Operações de Serviço . São Paulo: Atlas, 2002. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. VIANA, João José. Administração de materiais : um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.					



Disciplina: ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.					
Bibliografia Básica: FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de materiais . Brasília: ENAP, 2015. FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços : operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais . 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.					
Bibliografia Complementar: DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. Administração de Operações de Serviço . São Paulo: Atlas, 2002. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. VIANA, João José. Administração de materiais : um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.					



Disciplina: ECONOMIA BRASILEIRA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.					
Bibliografia Básica: GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). Economia brasileira contemporânea . São Paulo: Saraiva, 2016. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia brasileira . São Paulo: Saraiva, 2013.					
Bibliografia Complementar: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso : cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992. BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira . São Paulo: Alínea, 2007. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2016. REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Formação econômica do Brasil . São Paulo: Saraiva. 2011. WERNER, Baer. A economia brasileira . 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.					



Disciplina: GOVERNO ELETRÔNICO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					20h

Ementa:

Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia. Como atividade extensionista os alunos deverão realizar “mutirão” para cadastrar algum público no portal gov.br., instruir este público a utilizar o portal e elaborar relatórios dos dois mutirões (1 da disciplina Temas contemporâneos na gestão pública III e 2 nesta disciplina de Governo Eletrônico) de cadastro e orientação de utilização do portal gov.br com dados sobre quantos cidadãos atendidos, como foi a atividade, quando foi realizada, entre outras informações pertinentes sobre os mutirões).

Bibliografia Básica:

CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf.
GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2006.
PINHO, José Antonio Gomes de (org.). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: UFBA, 2012.

Bibliografia Complementar:

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf
FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional**. Brasília: ENAP, 2005.
GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso.
KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. **e- Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e Programa e-Brasil**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.
VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.



Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.					
Bibliografia Básica: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática . Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas . Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos . Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf .					
Bibliografia Complementar: HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise . 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo . Petrópolis: Vozes, 2005. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias , Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.					



Módulo 6

Disciplina: GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. Softwares para o gerenciamento de projetos.					
Bibliografia Básica: CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 2008. CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos: uma abordagem global . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.					
Bibliografia Complementar: REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros . 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013. CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos . 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. Gestão de Programas e Projetos Públicos . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. GENARI, Breno. Introdução ao PERT básico . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf . PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos . 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.					



Disciplina: GESTÃO DO CONHECIMENTO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.					
Bibliografia Básica: ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008. BARBIERI, Luiz Fernando S. Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: UFF, 2009. BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública. Brasília: IPEA, 2012.					
Bibliografia Complementar: ANGELONI, Maria Terezinha (org.). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Inteligência pública na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006. GATTONI, Roberto Luís Capuruço. Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004. PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007. TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.					



Disciplina: ORÇAMENTO PÚBLICO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.					
Bibliografia Básica: ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas : fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013. GIACOMONI, James. Orçamento público . 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental . Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213 .					
Bibliografia Complementar: CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. Anais [...] , Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf . FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados , Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003. GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas , n. 23, p. 7-70, 2001. LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas , n. 26, p. 5-15, 2003. REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. Disciplina fiscal e qualidade do gasto público . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.					



Disciplina: LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.					
Bibliografia Básica: JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos . 17. ed. São Paulo: RTB, 2016. MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos . 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios . Curitiba: Juruá, 2016.					
Bibliografia Complementar: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos . 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.					



Disciplina: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					30h

Ementa:

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de políticas públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação. Como atividade extensionista os alunos deverão elaborar um relatório de autoavaliação referente às atividades de extensão realizadas ao longo do curso de Administração Pública.

Bibliografia Básica:

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação:** algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.
MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2007.
SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Saraiva, 2012. e- book.

Bibliografia Complementar:

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Política Sociais:** Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.
ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In:* BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.
BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de Programas Sociais.** São Paulo: Veras, 2000.
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.



Disciplina: ELETIVA I: RESOLUÇÃO DE CASOS DE ENSINO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: O que é um caso de ensino. Objetivos educacionais com o caso de ensino. Aplicação de casos em sala de aula de modo competitivo e colaborativo. Resolução de casos de ensino do tipo problema-solução. Estrutura de um caso. Identificação de situações problemáticas.					
Bibliografia Básica: CHIMENTI, P. C. P. S. Reflexões sobre Casos de Ensino Memoráveis. Revista de Administração Contemporânea, v. 24, n. 5, p. 376-379, 2020. ROESCH, S. M. A; FERNANDES, F. Como escrever casos para o ensino de administração. São Paulo: Atlas, 2007. MELLER-DA-SILVA, F.; ORTIZ, R. C. Um ensaio teórico sobre a aceleração da aprendizagem através de um método para resolução de casos de ensino. In: Silva, C. R. M. Aplicação prática da Administração na economia global. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020 p. 175-195.					
Bibliografia Complementar: MELLER-DA-SILVA, F.; UENO, H. Y.; SAMPAIO, V. S. A expansão e aplicação de casos para Ensino na Aprendizagem de Discentes em Curso de Administração. Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia, v. 05, n.1, p. 108-131, 2019. FARIA, M.; FIGUEIREDO, K. F. Casos de ensino no Brasil: uma análise bibliométrica e diretrizes para autores. Revista de Administração Contemporânea, v.17, n.2, p.176-197, 2013. ROESCH, S. M. A. Notas sobre a construção de casos para ensino. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 11, n. 2, p. 213-234, jun 2007. ALBERTON, A.; SILVA, A. B. DA. Como Escrever um Bom Caso para Ensino? Reflexões sobre o Método. Revista de Administração Contemporânea, v. 22, n. 5, p. 745-761, 3 nov. 2018.					



Módulo 7

Disciplina: AUDITORIA E CONTROLADORIA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.					
Bibliografia Básica: ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: abordagem moderna e completa . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. Auditoria governamental: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão . 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.					
Bibliografia Complementar: ARAÚJO, Inaldo. Auditoria Governamental: em breves reflexões . Brasília: Gestão Pública, 2013. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental . Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D . CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. SILVA, Moacir Marques da. Curso de auditoria governamental . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.					



Disciplina: REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.					
Bibliografia Básica: ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico . 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012. COUTINHO, Diogo R. Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos . São Paulo: Saraiva, 2014. GUERRA, Sérgio. Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede . Belo Horizonte: Fórum, 2012.					
Bibliografia Complementar: ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojetos de Lei . Porto Alegre: ABAR, 2004. Disponível em: http://abar.org.br/?mdocs-file=47701 . ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos . Rio de Janeiro: Forense, 2013. CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro . Porto Alegre: Fabris, 2000. CARDOSO, Henrique Ribeiro. O Poder Normativo das Agências Reguladoras . Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017. PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e mercados . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.					



Disciplina: NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e <i>feedback</i> . Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.					
Bibliografia Básica: CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. Negociação e administração de conflitos . 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. Novos temas de arbitragem . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). Mediação, conciliação e arbitragem . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.					
Bibliografia Complementar: BARCELLA, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem . São Paulo: Saraiva, 2016. CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem: mediação, conciliação , Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011. HIRATA, Renato H. Estilos de negociação: as oito competências vencedoras . São Paulo: Saraiva, 2007. LEITE, Jaci Corrêa. Negociação . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem . 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012. SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação . 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.					



Disciplina: INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.					
Bibliografia Básica: CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. Inovação no Setor Público : teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP- IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31178 . CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). Gestão integrada da inovação : estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009. FIGUEIREDO, Paulo N. Gestão da Inovação : Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.					
Bibliografia Complementar: DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). Inovação na Gestão Pública . São Paulo: Saint Paul Editora, 2012. JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local : Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. EDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados . São Paulo: Qualitymark, 2008. MOTTA, Paulo Roberto. Transformação organizacional : a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. Inovação no setor público : uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.					



Disciplina: GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.					
Bibliografia Básica: AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Gestão da Qualidade na Administração Pública . São Paulo: Atlas, 2014. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços . Porto Alegre: Bookman, 2014. MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. Excelência em gestão pública . Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.					
Bibliografia Complementar: CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços . São Paulo: Atlas, 2002. JURAN, Joseph M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços . São Paulo: Pioneira, 1998. MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. Gestão da qualidade . 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011. MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018. VELOSO, Luiz Paulo. QualiCidades: Poder Local e Qualidade na Administração Pública . Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.					



Disciplina: ELETIVA II - ELABORAÇÃO DE CASOS DE ENSINO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Objetivos educacionais com o caso de ensino. Estrutura de um caso. Identificação de situações problemáticas. Redação do caso. Apresentação da versão final. Criatividade e disciplina do escritor. Coleta de dados. Elaboração e construção de caso de ensino no ambiente público organizacional.					
Bibliografia Básica: CHIMENTI, P. C. P. S. Reflexões sobre Casos de Ensino Memoráveis. Revista de Administração Contemporânea, v. 24, n. 5, p. 376-379, 2020. ROESCH, S. M. A.; FERNANDES, F. Como escrever casos para o ensino de administração. São Paulo: Atlas, 2007. ROESCH, S. M. A. Notas sobre a construção de casos para ensino. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 11, n. 2, p. 213-234, jun 2007. ALBERTON, A.; SILVA, A. B. DA. Como Escrever um Bom Caso para Ensino? Reflexões sobre o Método. Revista de Administração Contemporânea, v. 22, n. 5, p. 745-761, 3 nov. 2018.					
Bibliografia Complementar: MELLER-DA-SILVA, F.; UENO, H. Y.; SAMPAIO, V. S. A expansão e aplicação de casos para Ensino na Aprendizagem de Discentes em Curso de Administração. Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia, v. 05, n.1, p. 108-131, 2019. FARIA, M.; FIGUEIREDO, K. F. Casos de ensino no Brasil: uma análise bibliométrica e diretrizes para autores. Revista de Administração Contemporânea, v.17, n.2, p.176-197, 2013. MELLER-DA-SILVA, F.; ORTIZ, R. C. Um ensaio teórico sobre a aceleração da aprendizagem através de um método para resolução de casos de ensino. In: Silva, C. R. M. Aplicação prática da Administração na economia global. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020 p. 175-195.					



Módulo 8

Disciplina: RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.					
Bibliografia Básica: CABRAL, Eloisa Helena de. Terceiro setor: gestão e controle social . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LACRUZ, Adonai José. Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática . Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. TACHIZAWA, Takeshy. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.					
Bibliografia Complementar: ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. Terceiro setor: História e gestão de organizações . São Paulo: Summus, 2006. DRUCKER, Peter F. Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas . São Paulo: Pioneira, 1994. QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). Um sensível olhar sobre terceiro setor . São Paulo: Summus, 2006. SINGER, Paul. Introdução à economia solidária . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. ZARPELON, Márcio Ivanor. Gestão e responsabilidade social . São Paulo: Qualitymark, 2011.					



Disciplina: GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					30h

Ementa:

Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000.

Noções de auditoria ambiental. Como atividade extensionista os alunos deverão levantar como é feito o descarte de lixo na cidade, como o cidadão descarta diferentes tipos de lixo (eletrônico, medicamentos, orgânico, papéis, etc), preparar atividade no formato de palestra, workshop, ou atividade semelhante para instruir algum grupo de cidadãos sobre como fazer adequadamente esse descarte.

Bibliografia Básica:

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta.

Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). **Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental**. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

Bibliografia Complementar:

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. **Gestão ambiental empresarial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom;

KALINOWSKI, Carina. **Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.



Disciplina: GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.					
Bibliografia Básica: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 2018. GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). Governar em rede: o novo formato do setor público . Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011. PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. Governanças de redes: economia, política e sociedade . Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.					
Bibliografia Complementar: ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. Práticas de gestão de redes de cooperação . São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010. CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). Redes Sociais e Organizacionais em Administração . Curitiba: Juruá, 2008. CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. FLEURY, Sonia; OUVERNEY, Assis M. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde . Rio de Janeiro: FGV, 2011. HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública . São Paulo: UNESP, 2014.					



Disciplina: EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.					
Bibliografia Básica: MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor : desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença . São Paulo: Fundamento, 2004. REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal : empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.					
Bibliografia Complementar: DORNELAS, José. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender . Juiz de Fora: Esdeva, 2006. HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia . Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005. MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia : um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010. SOLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública . 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.					



Disciplina: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					
Ementa: Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.					
Bibliografia Básica: RICÚPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016 . Rio de Janeiro: Versal, 2017. RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. O que são relações internacionais . São Paulo: Brasiliense, 2012. SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.					
Bibliografia Complementar: ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). 30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira . Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf . DIAS, Reinaldo. Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global . São Paulo: Atlas, 2010. JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais . 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. História das relações internacionais do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2015. ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). Cidades em relações internacionais . São Paulo: Desatino, 2009.					



DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina: REDAÇÃO OFICIAL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.					
Bibliografia Básica: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Manual de Redação . Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República . 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. GOLD, Miriam. Redação Empresarial . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.					
Bibliografia Complementar: BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. BUSUTH, Mariangela Ferreira. Redação Técnica Empresarial . 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010. LEDUR, Paulo Flávio. Manual de Redação oficial . 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014. MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais . 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.					



Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.					
Bibliografia Básica: FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. Teorias de aquisição da linguagem . 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: ArtMed, 2007.					
Bibliografia Complementar: ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua . Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf . Acesso em: 17 jul. 2018. FELIPE, Tânia A. LIBRAS em contexto: curso básico . Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007. OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de surdos . Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TIC%A%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem . Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico. SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais . Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.					



Disciplina: MARKETING E SOCIEDADE

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					

Ementa:

Filosofia, papel e impacto do *marketing* nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público.

Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do *marketing* social. O sistema de formação e do planejamento do *marketing* social. O *marketing* de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do *marketing* social.

Bibliografia Básica:

DIAS; Sérgio Roberto *et al.* **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing: Teoria e Casos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: Do tradicional ao digital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.

Bibliografia Complementar:

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

PINTO, Djalma. **Marketing: política e sociedade**. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.

LARA, Rodrigo Diniz. **Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) — Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. **Revista Eletrônica da Administração** (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809>.



Disciplina: GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.					
Bibliografia Básica: BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012. BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. Gestão Logística da Cadeia de Suprimento. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014. CHRISTOPHER, Martin. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.					
Bibliografia Complementar: CORRÊA, Henrique Luiz. Gestão de Redes de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2013. DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e Operações Globais. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. NOVAES, Antonio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.					



Disciplina: DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributação e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.					
Bibliografia Básica: CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário . 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário . 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.					
Bibliografia Complementar: AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR . 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014. CASSONE, Vittorio. Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática . São Paulo: Atlas, 2012. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário . 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.					



Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					
Ementa: O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil.					
Bibliografia Básica: DOWBOR, Ladislau. O que é poder local . Imperatriz, MA: Ética, 2016. GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). Manual do Prefeito . Rio de Janeiro: IBAM, 2016. VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras . Brasília: IPEA, 2011.					
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos . Petrópolis: Vozes, 2000. BRASIL. Presidência da República. Guia Básico para a Gestão dos Municípios . Brasília: MP, 2008. PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena . Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008. VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil . São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.					



ANEXO C – Corpo Docente que participa da Gestão do Curso

Abaixo, apresenta-se os membros que compõem o Colegiado do Curso, no ano de 2020.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
ACO - Sistema de Gestão de Conselhos Acadêmicos
Relação de Membros por Conselho

Administração Pública-Ed. a Distância

NOME	CATEG.	DEPTO	RAMAL	TELEFONE
Fabrizio Meller da Silva	C	DAD	4906	99239560
Priscilla Borgonhoni Chagas	P	DAD	4906	9943-6522
Maurício Reinert do Nascimento	P	DAD	4906	8801-7082
Marcio Pascoal Cassandre	P	DAD		(43) 8416-0391
Lígia Greatti	P	DAD	4906	9107-9001
Josiane Silva de Oliveira	P	DAD	4906	9823 - 2150
Glaucia de Souza Munhoz	P	DAD	3752	8804-0540
Fabiane Cortez Verdu	P	DAD	4906/3761	8801-1630
Augusto Cesare de Campos Soares	P	DAD	4906/5977	9937-2602
Priscilla Borgonhoni Chagas	P	DAD	4906	9951-0406
Roberto Rivelino Martins Ribeiro	P	DCC	4910	99111-7425
Ana Cristina Lima Couto	P	DCO	4905	
Henrique Manoel da Silva	P	DFE	4839	9973-1580

A seguir, apresentam-se os docentes que atuam e já atuaram nas disciplinas ministradas em anos anteriores.

Docente	Sugiro Disciplina	Série
MARIA LUISA FURLAN COSTA	INTRODUCAO A EDUCACAO A DISTANCIA	1ª
JOÃO MARCELO CRUBELLATE	FILOSOFIA E ETICA	1ª
GLAUCIA DE SOUZA MUNHOZ	TEORIAS DA ADMINISTRACAO I	1ª
ELISANGELA LUZIA ARAUJO	INTRODUCAO A ECONOMIA	1ª
KEZIA DE LUCAS BONDEZAN	INTRODUCAO A ECONOMIA	1ª
FÁBIO JOSÉ ORSINI LOPES	PSICOLOGIA	1ª
MAURÍCIO REINERT	METOD.DO ESTUDO E DE PESQ.EM ADMIN.	1ª
VALTER AFONSO VIEIRA	SEMINARIO INTEGRADOR	1ª
CELENE TONELLA	CIENCIA POLITICA	1ª
MARCIO PASCOAL CASSANDRE	TEORIAS DA ADMINISTRACAO II	1ª
ELISANGELA LUZIA ARAUJO	MACROECONOMIA	1ª
MARIA DE FÁTIMA GARCIA	MACROECONOMIA	1ª
NILTON FACCI	CONTABILIDADE GERAL	1ª
LAERTE BEMM	MATEMATICA PARA ADMINISTRADORES	1ª
CARLOS HENRIQUE MARRONI	SEMINARIO TEMATICO I	1ª



MARCIO NOVELI	OPTATIVA (INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES)	1ª
LIGIA GREATTI	TEORIAS DA ADMINISTRACAO PUBLICA	2ª
CELENE TONELLA	SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL	2ª
JAIME GRACIANO TRINTIN	ECONOMIA BRASILEIRA	2ª
KATIA H. OMOTO URPIA	ECONOMIA BRASILEIRA	2ª
THAIS ALVES DA SILVA	CONTABILIDADE PUBLICA	2ª
SÔNIA LETÍCIA DE MÉLLO CARDOSO	INSTIT.DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO	2ª
JULIANO DOMINGUES DA SILVA	SEMINARIO TEMATICO II	2ª
THAIS ALVES DA SILVA	TEORIAS DAS FINANÇAS PUBLICAS	2ª
JULIANO DOMINGUES DA SILVA	PROC.ADMINIST. E TOMADA DE DECISAO	2ª
JOÃO OTÁVIO MONTANHA ENDRICI	SIST.DE INF.E COMUN.P/O SETOR PUBL.	2ª
CARLOS APARECIDO DOS SANTOS	ESTATISTICA APLIC. A ADMINISTRACAO	2ª
SOLANGE MONTANHER RO SOLEN	DIREITO ADMINISTRATIVO	2ª
LIGIA GREATTI	SEMINARIO TEMATICO III	2ª
LIGIA FIEDLER	PLANEJ.E PROGR.NA ADMINISTR.PUBLICA	3ª
CLEICIELE ALBUQUERQUE AUGUSTO	GESTAO DE PESSOAS NO SETOR PUBLICO	3ª
CAROLINA ANDRÉA GÓMEZ WINKLER SUDRÉ	GESTAO DE OPERACOES E LOGISTICA I	3ª
VICENTE CHIARAMONTE PIRES	MATEMAT.FINANC.E ANAL. DE INVESTIM.	3ª
ANTONIO RAFAEL MARCHEZAN FERREIRA	LEGISLACAO TRIBUTARIA E COMERCIAL	3ª
LIGIA GREATTI	SEMIN.TEMAT.I NA LINHA DE FORM.ESP	3ª
VALDIR GOMES	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO I	3ª
KERLA MATTIELLO	ORCAMENTO PUBLICO	3ª
JOÃO OTÁVIO MONTANHA ENDRICI	ADMINISTRACAO ESTRATEGICA	3ª
CAROLINA ANDRÉA GÓMEZ WINKLER SUDRÉ	GESTAO DE OPERACOES E LOGISTICA II	3ª
VALTER AFONSO VIEIRA	ELABORACAO E GESTAO DE PROJETOS	3ª
FRANCIELLI MARTINS BORGES LADEIRA	RESPONSABIL.SOCIAL E TERCEIRO SETOR	3ª
LIGIA FIEDLER	RESPONSABIL.SOCIAL E TERCEIRO SETOR	3ª
ELISABETE CAMILO	SEM.TEM.II NA LINHA DE FORM.ESPEC.	3ª
LÍGIA GREATTI	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II	3ª



.../Resolução nº 109/2024-CI/CSA

fls. 133

WILLIAM ANTONIO BORGES	POLITICAS PUBLICAS E SOCIEDADE	
JOSE SANTO DAL BEM PIRES	AUDITORIA E CONTROLADORIA	4ª
VALTER AFONSO VIEIRA	NEGOCIACAO E ARBITRAGEM	4ª
MARCIO NOVELLI	TECNOLOGIA E INOVACAO	4ª
OLGA MARIA COUTINHO PEPECE	MARKETING GOVERNAMENTAL	4ª
ROBSON LUIS MORI	GESTAO DA REGULACAO	4ª
ELISABETE CAMILO	SEM.TEM.III NA LINHA DE FORM.ESPEC.	4ª
LÍGIA GREATTI	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO III	4ª
WILLIAM ANTONIO BORGES	POLITICAS PUBLICAS E SOCIEDADE	4ª
VILMA MEURER SELA	POLITICAS PUBLICAS E SOCIEDADE	4ª
VALDIR GOMES	GESTAO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	4ª
ANTONIORAFEL MARCHEZAN FERREIRA	RELACOES INTERNACIONAIS	4ª
FABRÍZIO MELLER DA SILVA	EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL	4ª
ELISABETE CAMILO	SEM.TEM.IV NA LINHA DE FORM.ESPEC.	4ª
LÍGIA GREATTI	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO IV	4ª

DOCENTE

ANTONIO RAFAEL MARCHEZAN FERREIRA ESTATUTÁRIO – PROF. ADJUNTO TIDE BA, DIREITO, 1996, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ ME, DIREITO NEGOCIAL, 2002, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA DO, 2016, DIREITO, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
CARLOS APARECIDO DOS SANTOS ESTATUTARIO DES AS1 PROF.ASSOCIADO TIDE N.A LI 02-03-1989 MATEMATICA UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/PP ME 15-12-1994 MATEMATICA DA COMPUTACAO UNIVERSIDADE DE SAO PAULO/SAO CARLOS DO * 04-03-2010 ESTATISTICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS
CARLOS HENRIQUE MARRONI ESTATUTÁRIO - PROF. ADJUNTO TIDE BA 22-02-1997 CIENCIAS CONTABEIS,UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 21-08-2000, CONTROLADORIA E GERENCIA FINANCEIRA ,UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 17-10-2002 ENGENHARIA DE PRODUCAO , UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, PUBLICA FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
CAROLINA ANDRÉA GÓMEZ WINKLER SUDRÉ CR E DAD PD1 PROF.ADJUNTO T-40 BA 28-01-2011 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 16-09-2013 ADMINISTRACAO ORGANIZACOES E EMPREENDEDORISMO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 20-02-2018 ADMINISTRACAO ORGANIZACOES E EMPREENDEDORISMO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
CELENE TONELLA ESTATUTARIO DCS AS3 PROF.ASSOCIADO TIDE N.C BA 22-12-1982 CIENCIAS SOCIAIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS LI 20-12-1984 CIENCIAS SOCIAIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS ME 30-10-1991 CIENCIA POLITICA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS DO * 04-04-1997 HISTORIA UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/AS



CLEICIELE ALBUQUERQUE AUGUSTO CR E DAD PD1 PROF.ADJUNTO T-40 GR 25-01-2009 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 23-02-2011 ADMINISTRACAO GESTAO DE NEGOCIOS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 09-02-2015 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ELISABETE CAMILO C R E DAD PS1 PROF.ASSISTENTE T-40 GR 13-02-1993 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 29-04-2003 AUDITORIA E PERICIA CONTABIL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME * 31-07-2014 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
ELISANGELA LUZIA ARAUJO ESTATUTARIO DCO PD3 PROF.ADJUNTO TIDE N.C GR 19-02-2000 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 22-10-2010 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 10-06-2015 ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO G DO SUL
FÁBIO JOSÉ ORSINI LOPES ESTATUTARIO DPI PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 04-07-2003 PSICOLOGIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 12-04-2010 EDUCACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 08-04-2016 PSICOLOGIA EDUCACAO UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/AS
FABRÍZIO MELLER DA SILVA ESTATUTARIO DAD PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 20-12-2002 ADMINISTRACAO CENTRO DE ENS.SUPERIOR DE MARINGA ES 30-12-2004 GESTAO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 30-09-2009 ADMINISTRACAO GESTAO DE NEGOCIOS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 26-02-2016 ADMINISTRACAO GESTAO DE NEGOCIOS UNIVERSIDADE POSITIVA
FRANCIELLI MARTINS BORGES LADEIRA CRE PROF. ASSISTENTE T-40 GR, 29/02/2010, ADMINISTRAÇÃO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ ME 22/10/2013, ADMINISTRAÇÃO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
GLAUCIA DE SOUZA MUNHOZ ESTATUTARIO DAD PD4 PROF.ADJUNTO TIDE N.D GR 07-08-1982 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 07-03-2002 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 24-04-2007 GEOGRAFIA UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/PP
JAIME GRACIANO TRINTIN ESTATUTARIO DCO AS3 PROF.ASSOCIADO TIDE N.C BA 04-08-1984 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 11-07-1989 ECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO DO * 14-05-2001 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
JOÃO MARCELO CRUBELLATE ESTATUTARIO PLD AS2 PROF.ASSOCIADO TIDE N.B GR 02-03-1996 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 07-03-1998 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 28-06-2004 ADMINISTRACAO DE EMPRESAS FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP PD EM FILOSOFIA, 2014, PUG - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE GREGORIANA (ROMA-ITÁLIA)
JOÃO OTÁVIO MONTANHA ENDRICI C R E DAD PS1 PROF.ASSISTENTE T-40 BA 08-05-2004 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME * 10-12-2008 ADMINISTRACAO GESTAO DE NEGOCIOS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA



JOSE SANTO DAL BEM PIRES ESTATUTÁRIO – PROF. ASSOCIADO TIDE BA 04-08-1978 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 30-04-1980 CONTABILIDADE CIENCIAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 06-05-1985 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 30-07-2001 ENGENHARIA DE PRODUCAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS DO * 22-08-2005 ENGENHARIA DE PRODUCAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
JULIANO DOMINGUES DA SILVA ESTATUTARIO DAD PD1 PROF.ADJUNTO TIDE N.A GR 07-02-2007 ADMINISTRACAO FAC EST CIEN E LETRAS DE CAMPO MOURAO ES 04-08-2012 COMUNICACAO EMPRESARIAL FACULDADES MARINGA ME 14-04-2015 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 24-10-2018 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
KATIA HARUMI OMOTO URPIA ESTATUTARIO DCO-PS2 PROF.ASSISTENTE TIDE N.B GR 08-05-2004 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME * 30-08-2006 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
KERLA MATTIELLO ESTATUTARIO DCC PD1 PROF.ADJUNTO TIDE N.A GR 05-07-2003 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 29-06-2005 GERENCIAMENTO DE MICRO E PEQ. EMPRES EM UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS ME 29-09-2008 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 04-05-2018 ADMINISTRACAO PUBLICA E GOVERNO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
KEZIA DE LUCAS BONDEZAN ESTATUTARIO DCO PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 08-05-2004 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 09-03-2006 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 16-05-2014 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
LAERTE BEMM ESTATUTARIO DMA PD4 PROF.ADJUNTO TIDE N.D GR 29-04-2006 MATEMATICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA ME 19-02-2008 MATEMATICA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 12-08-2011 MATEMATICA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO G DO SUL
LIGIA FIEDLER C R E DAD PS1 PROF.ASSISTENTE T-40 BA 04-04-2008 ADMINISTRACAO FAC.CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS-CASCADEL ME * 29-04-2011 ADMINISTRACAO ESTRATEGIA E ORGANIZACOES UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
LÍGIA GREATTI ESTATUTARIO DAD PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 19-02-2000 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 06-08-2003 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 12-06-2017 ADMINISTRACAO E GOVERNO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
MARCIO NOVELI ESTATUTARIO DAD PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 08-05-2004 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 28-04-2006 ADMINISTRACAO ESTRATEGIA E ORGANIZACOES UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA DO * 06-02-2013 ADMINISTRACAO DE EMPRESAS FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP



MARCIO PASCOAL CASSANDRE ESTATUTARIO DAD PD4 PROF.ADJUNTO TIDE N.D BA 03-08-1998 ADMINISTRACAO FAC EST DE CIENC ECONOMICAS DE APUCARANA ES 22-12-2002 ADMINISTRACAO EM MARKETIN FUNDACAO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANA DO * 19-12-2012 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE POSITIVA
MARIA DE FÁTIMA GARCIA ESTATUTARIO DCO AS3 PROF.ASSOCIADO TIDE N.C BA 13-03-1979 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA ME 04-11-1985 ECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO G DO SUL DO * 12-05-1995 ECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MARIA LUISA FURLAN COSTA ESTATUTARIO DFE AS1 PROF.ASSOCIADO TIDE N.A LI 11-08-1990 HISTORIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 27-06-1997 EDUCACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 19-02-2010 EDUCACAO UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/AR
MAURÍCIO REINERT DO NASCIMENTO ESTATUTARIO DAD AS2 PROF.ASSOCIADO TIDE N.B GR 15-12-1994 ADMINISTRACAO FAC CATOLICA DE ADMINISTRACAO E ECONOMIA ME 31-08-2000 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA DO * 10-08-2006 ADMINISTRACAO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP PD EM SOCIOLOGIA, 2016, MAX-PLANCK-GESELLSCHAFT (ALEMANHA)
NILTON FACCI ESTATUTARIO DCC PD1 PROF.ADJUNTO TIDE N.A BA 10-02-1990 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 10-02-1995 CONTABILIDADE GERENCIAL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 19-05- 2017 ADMINISTRACAO PUBLICA E GOVERNO ADMINISTRACAO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
OLGA MARIA COUTINHO PEPECE ESTATUTARIO PPA AS2 PROF.ASSOCIADO TIDE N.B GR 16-07-1997 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA ME 17-08-2000 ADMINISTRACAO INSTITUICOES DO PARANA DO * 30-06-2009 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
ROBSON LUIS MORI ESTATUTARIO DCO AS1 PROF.ASSOCIADO TIDE N.A GR 19-02-2000 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 09-12-2002 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 18-03-2011 CIENCIAS ECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
SÔNIA LETÍCIA DE MELLO CARDOSO ESTATUTARIO DDP AS2 PROF.ASSOCIADO TIDE N.B BA 06-08-1983 DIREITO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 04-08-1989 DIREITO PRIVADO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 04-11-1996 DIREITO DO ESTADO UNIVERSIDADE DE SAO PAULO DO * 03-07-2006 DIREITO DO ESTADO UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
THAÍS ALVES DA SILVA C R E DCC PS1 PROF.ASSISTENTE T-20 GR 17-01-2014 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME * 17-08- 2016 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Sociais Aplicadas



.../Resolução nº 109/2024-CI/CSA

fls. 137

<p>VALDIR GOMES ESTATUTARIO DAD PD3 PROF.ADJUNTO TIDE N.C GR 14-01-1984 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 10-09-1986 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 24-08-2001 ENGENHARIA DE PRODUCAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DO * 25-04-2014 GEOGRAFIA ANALISE REGIONAL E AMBIENTAL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA</p>
<p>VALTER AFONSO VIEIRA ESTATUTARIO DAD AS1 PROF.ASSOCIADO TIDE N.A GR 20-12-1999 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE NORTE DO PARANA ME 20-12-2006 ADMINISTRACAO MARKETING UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO G DO SUL DO * 03-10-2008 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA</p>
<p>VICENTE CHIARAMONTE PIRES ESTATUTARIO DAD PD3 PROF.ADJUNTO TIDE N.C BA 24-01-1981 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA BA 18-12-1982 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 06-05-1985 SISTEMAS DE INFORMACOES UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 19-08-1999 ADMINISTRACAO ESTRATEGIA E ORGANIZACOES UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA DO * 12-08-2014 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA</p>
<p>VILMA MEURER SELA ESTATUTARIO DAD PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 19-02-2000 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 06-08-2003 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 26-05-2017 ADMINISTRACAO PUBLICA E GOVERNO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP</p>
<p>WILLIAM ANTONIO BORGES ESTATUTARIO DAD PD4 PROF.ADJUNTO TIDE N.D GR 27-07-2002 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 29-10-2004 GEOGRAFIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 27-03-2013 ADMINISTRACAO PUBLICA E GOVERNO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP</p>



ANEXO D – Regimento de Estágio

R E S O L U Ç Ã O Nº 010/2021-CEP

CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, nesta Reitoria e publicada no site <http://www.scs.uem.br>, no dia 21/6/2021.

Isac Ferreira Lopes,
Secretário Geral.

Dispõe sobre o componente Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu da Universidade Estadual de Maringá e revoga as Resoluções n.ºs 009/2009-CEP e 028/2018-CEP.

Considerando o conteúdo das fls. 774 a 806 do Processo n.º 717/2001-PRO;
considerando o disposto na Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de alunos de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do segundo grau e supletivo, e adota outras providências;
considerando o disposto no Parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação n.º 416/2012 e 150/2019;
considerando o disposto na Deliberação n.º 002/2009 do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação;
considerando os fundamentos apresentados no Parecer n.º 011/2021-CGE, adotados como motivação para decidir,

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO APROVOU E EU, REITOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Esta resolução estabelece as diretrizes e normas básicas para organização e funcionamento do componente Estágio Curricular Supervisionado, da realização das atividades de Estágio Não-Obrigatório e da realização das atividades de Estágio no Exterior, para alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e recebimento de alunos de outras instituições para realização do componente Estágio Curricular Supervisionado,

Art. 2º O Estágio compreende as seguintes modalidades regulamentadas no projeto pedagógico de cada curso:

I - Estágio Obrigatório: aquele definido como tal no projeto do curso, cujo cumprimento da carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

II - Estágio Não-Obrigatório: aquele desenvolvido como atividade opcional;



Parágrafo único. Em ambos os casos, o Estágio e a carga horária realizada devem ser registrados no histórico escolar do aluno.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º Para os efeitos desta resolução:

I - Estágio Curricular Supervisionado é ato educativo da Instituição de Ensino, como parte do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e deve integrar a programação curricular e didático-pedagógica, por meio de plano de atividades, de forma a efetivar a unidade teórico-prática de cada curso;

II - Estagiário é o aluno regularmente matriculado e frequentando curso compatível com a área de Estágio e apto ao desenvolvimento de atividades que integrem a programação curricular e didático-pedagógica de cada curso;

III - Unidade Concedente de Estágio é a pessoa jurídica de direito privado ou órgãos públicos, alocados em território nacional ou internacional, assim como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

IV - Divisão de Estágios (ETG), vinculada à Diretoria de Ensino de Graduação (DEG), é responsável pela administração dos Estágios da UEM;

V - Coordenador de Estágio é o docente designado pelo departamento de lotação do Estágio;

VI - Orientador de Estágio é o docente da Instituição de Ensino com formação condizente e experiência na área do Estágio;

VI - Supervisor de Estágio é o profissional responsável pelo acompanhamento e supervisão do estagiário, no campo de Estágio, vinculado à unidade concedente.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º O Estágio em território nacional ou a ser realizado no exterior pode ser realizado por alunos regularmente matriculados nos cursos mediante requerimento protocolizado à ETG, constando os seguintes documentos:



- I - plano de Estágio com assinatura e parecer favorável do orientador e do coordenador do Estágio do Curso, confirmando o vínculo das atividades com o campo de formação profissional em situação real de trabalho, definindo os responsáveis pela supervisão, orientação e avaliação do aluno;
- II - termo de compromisso firmado com a unidade concedente do Estágio, original ou cópia, em língua portuguesa para Estágio em território nacional, e em português, inglês, francês ou espanhol no caso de Estágio a ser realizado no exterior;
- III - em caso de Estágio a ser realizado no exterior, comprovante de contratação de seguro de vida e de saúde, assim como parecer do Escritório de Cooperação Internacional (ECI) da UEM.

§ 1º É facultada a celebração de convênio ou termo de cooperação entre a unidade concedente e a Instituição de Ensino.

§ 2º Os Estágios a serem realizados no exterior por meio de acordos ou programa de intercâmbio ou no âmbito de programas de mobilidade acadêmica devem ser regulamentados pelo convênio e/ou programa específico.

§ 3º Para Estágio a ser realizado no Exterior, sem interveniência de programas ou universidade parceira, é necessário que o processo siga os mesmos trâmites do Estágio realizado em programas e convênios.

§ 4º O seguro previsto no Inciso III refere-se à apólice de seguro internacional de vida e saúde, com cobertura para acidentes pessoais, e deve ser providenciado antes do início do Estágio no exterior, com vigência para o período integral do Estágio, desde a partida até o retorno ao Brasil.

Art. 5º A organização dos Estágios envolve a Diretoria de Ensino de Graduação (DEG)/ETG e a unidade concedente:

§ 1º Compete à DEG/ETG:

- I - administrar, organizar e integrar os Estágios da UEM;
- II - promover eventos de integração entre as unidades concedentes de Estágio e a UEM.
- III - solicitar, quando for o caso, a renovação dos convênios estabelecidos com as unidades concedentes;
- IV - comunicar à parte concedente de Estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;
- V - celebrar Termo de Compromisso com a unidade concedente.



§ 2º À Unidade Concedente de Estágio cabe:

- I - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- II - elaborar e executar com a Instituição de Ensino o plano de atividades do Estágio;
- III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 estagiários simultaneamente;
- IV - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido em Termo de Compromisso;
- V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de Estágio;
- VII - acompanhar a elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas pelo estagiário, vistoriando obrigatoriamente os mesmos;
- VIII - fazer cumprir as normas de Estágio da UEM.

§ 3º No caso de Estágio Obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o Inciso IV do caput deste artigo pode, alternativamente, ser assumida pela Instituição de Ensino, exceto no caso de Estágio Obrigatório realizado no Exterior, que deve ser assumida pelo Estagiário ou pela Unidade Concedente.

§ 4º A realização de Estágio no Exterior deve ser assessorada pelo ECI, que prestará apoio ao aluno com relação a oportunidades de internacionalização e intermediará acordos internacionais entre a UEM e instituições estrangeiras, quando for o caso.

§ 5º Na realização do Estágio no Exterior, o custeio de despesas com passagens, locomoção e estadia, moradia, alimentação e seguro ficarão ao encargo do estagiário interessado, quando não previsto nos programas e convênios específicos, ou pela unidade concedente.

Art. 6º O Estágio deve propiciar a complementação do processo ensino-aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com o projeto pedagógico e o regulamento de Estágio próprio de cada curso, observada a legislação vigente.

§ 1º Os Estágios devem ser realizados em área compatível com o curso no qual o aluno esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de qualquer outra atividade não relacionada à sua área de formação.



§ 2º O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 7º A carga horária e período de realização do Estágio Obrigatório é definido no projeto pedagógico do curso, observado o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislação pertinente.

§ 1º O Estágio deve ser cumprido, preferencialmente, dentro dos períodos letivos regulares, exceto aquele que, pela sua especificidade e de acordo com sua natureza, exija realização em época específica diferenciada, conforme regulamento de Estágio.

§ 2º O Estágio Obrigatório pode ser realizado em outros países, se previsto no projeto pedagógico do curso, observado o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislações pertinentes, e seja atividade prevista em programa de mobilidade internacional ou conforme parecer do ECI da UEM.

Art. 8º O aluno pode propor um plano de Estágio Não-Obrigatório de acordo com o Projeto Político Pedagógico de cada curso.

§ 1º Somente pode realizar Estágio Não-Obrigatório aluno regularmente matriculado e frequentando efetivamente um curso de graduação ou pós-graduação lato sensu.

§ 2º A jornada de atividade em Estágio Não-Obrigatório é definida de comum acordo entre a Instituição de Ensino, a Unidade Concedente e o aluno estagiário, devendo constar do Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

- I - seis horas diárias e trinta horas semanais;
- II - o Estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, pode ter jornada de até 40 horas semanais, desde que previsto no projeto pedagógico do curso.

§ 3º O Estágio Não-Obrigatório pode ser realizado no Exterior, e constitui atividade opcional, complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 4º O Estágio Não-Obrigatório realizado no Exterior deve estar previsto no projeto pedagógico do curso, e pode ser requerido por aluno regularmente matriculado e a jornada de atividade é definida de comum acordo entre a Unidade Concedente e o aluno estagiário, observadas as legislações do país da unidade concedente, devendo constar no Termo de Compromisso.



§ 5º O Estágio Não-Obrigatório realizado no Exterior pode ser computado como Atividade Acadêmica Complementar (AAC), a critério da coordenação do curso e do regulamento respectivo.

§ 6º A realização de Estágio Não-Obrigatório no Exterior é assessorada pelo ECI, que deve prestar apoio ao aluno com relação a oportunidades de internacionalização e intermediará acordos internacionais entre a UEM e instituições estrangeiras, quando for o caso.

§ 7º Na realização do Estágio Não-Obrigatório no Exterior, o custeio de despesas com passagens, locomoção e estadia devem ficar ao encargo do estagiário interessado, quando não previsto nos programas e convênios específicos, ou pela unidade concedente.

§ 8º Para que o Estágio Não-Obrigatório realizado no Exterior possa ser considerado como AAC o regulamento do Estágio do curso deve prever critérios de análise da frequência e avaliação do aluno durante a realização deste Estágio; e para que o Estágio Não-Obrigatório no Exterior possa ser considerado como atividade opcional, o aluno deve matricular-se em qualquer disciplina da modalidade de educação a distância ofertada pela Universidade, no ano letivo do afastamento.

Art. 9º Em nenhuma hipótese pode ser cobrada do aluno qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção e realização do Estágio.

Art. 10. O estagiário pode receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória sua concessão, assim como a do auxílio-transporte, na hipótese de Estágio Não-Obrigatório.

Art. 11. O Estágio, proporcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais, deve ser realizado em contexto semelhante àquele que atende aos demais alunos, levando-se em conta os seguintes requisitos:

- I - compatibilização das habilidades da pessoa com necessidades educativas especiais às exigências da função;
- II - adaptação de equipamentos, ferramentas, máquinas e locais de Estágio às condições das pessoas com necessidades educativas especiais, fornecendo recursos que visem a garantir a acessibilidade física e tecnológica e a prestação de assistência que se fizer necessária durante o período de Estágio.



Art. 12. O projeto pedagógico e o regulamento de Estágio de cada curso devem necessariamente:

- I - prever a realização dos Estágios Obrigatório, Não-Obrigatório e Estágio realizado no Exterior: podendo ser Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório;
- II - definir carga horária e período de realização do Estágio Obrigatório;
- III - prever, quando for o caso, a realização em época específica, diferenciado dos períodos letivos regulares, do Estágio Obrigatório;
- IV - estabelecer parâmetros para definição do número de coordenadores e orientadores no processo de Estágio;
- V - prever, quando for o caso, a equiparação ao Estágio Obrigatório, das atividades de extensão, de monitoria, de iniciação científica ou de prática profissional.
- VI - prever os critérios para desenvolvimento, avaliação e aprovação do Plano de Estágio a ser realizado no Exterior; prever quanto a possibilidade de aproveitamento do Estágio no Exterior Não-Obrigatório como AAC e quanto aos respectivos critérios para este aproveitamento.

Parágrafo único. Para os cursos de licenciatura, as atividades de docência regular podem ter redução de carga horária do Estágio conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação e na Política de Formação para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica da Universidade.

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 13. O Estágio deve ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador e por supervisor da Unidade Concedente por meio de relatórios das atividades desenvolvidas, encaminhados pelo estagiário à Instituição, em prazo não superior a seis meses, de acordo com o estabelecido no plano de Estágio com vista obrigatória da Unidade Concedente.

§ 1º As especificidades da avaliação de Estágio realizado no Exterior devem constar no Regulamento de Estágio do Curso.

§ 2º A avaliação do Estágio realizado no Exterior deve ser de responsabilidade do orientador do Estágio, e deve ser realizada com base no Relatório de Atividades devidamente assinado pelo supervisor do Estágio, e analisando a consonância com o perfil do curso e a política de estágio; e o aproveitamento pode ser total, parcial ou não haver o aproveitamento.



§ 3º O Relatório de Atividades do Estágio realizado no Exterior deve conter, além das atividades realizadas, o local, a carga horária e a frequência; e deve ser apresentado pelo aluno no seu retorno.

Art. 14. Nos cursos de Licenciatura da modalidade EaD, como ato educativo escolar supervisionado, o Estágio deve ter acompanhamento efetivo por tutor presencial da Instituição de Ensino e supervisão por professor regente da parte concedente, na qualidade de coorientador.

Parágrafo único. Entende-se por tutor da instituição, na modalidade EaD, todo profissional de nível superior, a ela vinculado, que atue na área de conhecimento de sua formação, como suporte às atividades dos docentes e mediação pedagógica, junto a estudantes, na modalidade de EaD.



DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15. O Estágio envolve o conselho acadêmico, o coordenador de Estágio, o orientador e o supervisor.

§ 1º Compete ao conselho acadêmico de cada curso estabelecer diretrizes e definir o regulamento para os Estágios Curriculares Obrigatório e Não-Obrigatório (realizados em território nacional ou no exterior), e para o Estágio a ser realizado no Exterior.

§ 2º Ao coordenador de Estágio cabem as seguintes atribuições:

- I - providenciar o cadastramento de unidades concedentes que potencialmente apresentem condições de atender a programação curricular e didático-pedagógica da Instituição de Ensino, mantendo coerência com o projeto pedagógico do curso;
- II - providenciar junto aos departamentos a designação de professores orientadores;
- III - informar ao professor orientador sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para a orientação do estagiário;
- IV - encaminhar os estagiários para os respectivos orientadores;
- V - informar e orientar os estagiários sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para o estágio;
- VI - encaminhar os estagiários à ETG para a elaboração da documentação referente ao Estágio;
- VII - encaminhar à Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) os editais de notas e faltas de acordo com as informações recebidas do professor orientador;



- VIII - manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos Estágios em andamento, assim como assegurar a socialização de informações junto às coordenações de curso e aos campos de Estágio;
- IX - zelar pelo cumprimento da legislação aplicável ao Estágio;
- X - garantir um processo de avaliação continuada da atividade de Estágio, envolvendo estagiários, orientadores, professores do curso, supervisores e/ou representantes dos campos de Estágio;
- XI - verificar se o perfil do supervisor de Estágio é compatível com o definido no regulamento de Estágio de cada curso.
- XII - orientar o aluno quanto aos procedimentos para realização de Estágio realizado no Exterior, encaminhar ao ECI para parecer e orientação quanto à viagem, estadia e demais informações, após, à ETG para formalização da documentação necessária para a realização deste.

§ 3º Ao orientador de Estágio cabem as seguintes atribuições:

- I - proceder a visita ao local de Estágio, quando necessário, sem prévio aviso;
- II - elaborar o plano de atividades e de acompanhamento do Estágio em conjunto com o estagiário e a Unidade Concedente, em consonância com o regulamento de Estágio de cada curso;
- III - orientar o estagiário no desenvolvimento das atividades de Estágio;
- IV - manter informado o coordenador de Estágio sobre o desenvolvimento das atividades;
- V - avaliar o desempenho do estagiário por meio do relatório de atividades, de acordo com o estabelecido no regulamento de Estágio de cada curso;
- VI - verificar e encaminhar ao coordenador de Estágio a documentação pertinente.

§ 4º Ao supervisor de Estágio cabem as seguintes atribuições:

- I - receber o estagiário e informá-lo sobre as normas do ambiente de Estágio;
- II - acompanhar as atividades desenvolvidas pelo estagiário;
- III - avaliar o desempenho do estagiário de acordo com o plano de atividades;
- IV - encaminhar a avaliação do estagiário ao orientador do Estágio;
- V - comunicar qualquer ocorrência de anormalidade no Estágio ao orientador para as providências cabíveis.

§ 5º Ao ECI cabem as seguintes atribuições:

- I - informar e divulgar programas de intercâmbio e convênios internacionais para a comunidade universitária;
- II - orientar os alunos quanto a visto, seguro de viagem, e outros documentos relativos a estada no exterior;



- III - apoiar as pessoas interessadas em estágios e/ou estudos no exterior, dando-lhes suporte logístico no encaminhamento dos procedimentos, de acordo com a rotina de cada programa;
- IV - emitir parecer à ETG quanto à participação do aluno em editais de Mobilidade Acadêmica;
- V - informar à DAA com relação à participação do aluno nos editais de Mobilidade Acadêmica;

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. A prorrogação dos Estágios contratados antes do início da vigência desta resolução apenas pode ocorrer se ajustadas às suas disposições.

Parágrafo Único. A realização de Estágio no Exterior não pode ultrapassar a quatro semestres letivos, ou, caso tenha desenvolvido ou pretenda desenvolver outras atividades acadêmicas no exterior ao longo de toda a graduação, a somatória do tempo total (acumulado), já incluso o período de estágio no exterior, não pode ultrapassar a quatro semestres letivos.

Art. 17. Os cursos de graduação da UEM devem rever seus projetos pedagógicos e seus regulamentos de Estágio, para se adequarem ao disposto nesta resolução, ficando os conselhos acadêmicos responsáveis pelo encaminhamento da proposta de alteração, no prazo de 180 dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 18. Os casos omissos do presente regulamento são resolvidos pela PEN, ouvido o coordenador de Estágio.

Art. 19. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Resoluções n.ºs 009/2009-CEP e 028/2018-CEP e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Maringá, 28 abril de 2021.

Julio César Damasceno, Reitor.

ADVERTÊNCIA:

O prazo recursal termina em 28/6/2021. (Art. 95 - § 1º do Regimento Geral da UEM)



ANEXO E – EXTENSÃO

R E S O L U Ç Ã O N.º 029/2021-CEP

CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, nesta Reitoria e publicada no site <http://www.scs.uem.br>, no dia 30/9/2021.

Isac Ferreira Lopes,
Secretário Geral.

Aprova as Diretrizes para a inclusão da Extensão na integralização curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá.

Considerando o conteúdo do Processo n.º 5.064/2020-PRO;

considerando o compromisso da educação superior em formar pessoas plenas, preparadas para o exercício da cidadania e qualificadas para o trabalho, conforme dispõe o Artigo 205 da Constituição Federal;

considerando o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no Artigo 207 da Constituição Federal e o disposto no Artigo 3º do Estatuto da UEM;

considerando a importância de fortalecer a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, conforme dispõe o Artigo 218, § 3º, da Constituição Federal;

considerando a exigência do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n.º 13.005, de 25/6/2014, em sua Estratégia 12.7 de reservar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares para participação em programas e projetos de extensão universitária de grande pertinência social, prioritariamente;

considerando o compromisso da Universidade em formar cidadãos éticos, reflexivos e autônomos, conforme dispõem os Artigos 3º e 4º de seu Estatuto, capazes de compreender os problemas do mundo presente e aptos a inserirem-se profissionalmente para prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, participando assim do desenvolvimento da sociedade brasileira, conforme dispõe o Artigo 43 da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Federal n.º 9.394/1996;

considerando que o Projeto Político Institucional (PPI) da Universidade (Resolução n.º 027/2018-CEP) contempla a formação de profissionais-cidadãos, capazes de resolver problemas, com sensibilidade e compromisso social, aptos ao trabalho coletivo e interdisciplinar, e que contribuam para a transformação da sociedade brasileira;



considerando que a LDB compreende a extensão como uma finalidade da educação superior, inclusive na atuação em prol da melhoria da educação básica, conforme dispõe o Artigo 43;

considerando que a articulação do ensino e da extensão é uma forma de organização, articulação e disseminação do saber a qual contribui para a missão da Universidade de formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade, conforme dispõe a Resolução n.º 021/2005-COU;

considerando que o Artigo 69 do Estatuto da UEM define a extensão como intensificadora das relações entre a Universidade e a Sociedade por meio de processos educativos, culturais e científicos, promovendo a divulgação do conhecimento por ela produzido, atendendo às demandas da comunidade interna e externa, como dispõe o Artigo 76 do Regimento da UEM e a Resolução n.º 033/2017- CEP;

considerando que o PPI e as Diretrizes da Graduação da Universidade (Resolução n.º 010/2010-CEP) ratificam o conceito de extensão previstos no Estatuto e Regimento; compreendem a extensão como processo educativo; apresentam como finalidade do ensino a vinculação entre o ensino, o trabalho e a realidade social; prevê o PPI a curricularização da extensão tal como previsto pelo PNE, e destaca o objetivo da atividade de extensão de difundir saberes e técnicas de diferentes áreas do conhecimento para promover o compromisso ético-social, políticas sociais e para cooperar para o desenvolvimento econômico e sociocultural da comunidade;

considerando a responsabilidade social da pesquisa de promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão cultural, de forma a favorecer a relação de sustentabilidade entre o homem e o meio, assim como de contribuir para ampliação do conhecimento dos problemas do mundo presente, conforme dispõe a LDB (Artigo 43) e o Estatuto da Universidade (Artigo 4º);

considerando a articulação da pesquisa com o ensino e a extensão, conforme determina o Artigo 67 do Estatuto da Universidade, e o compromisso da pesquisa com desenvolvimento científico, cultural, artístico, social ou tecnológico, assim como a relevância social, cultural, artística, científica ou tecnológica, conforme dispõe o Artigo 2º do Regulamento para o Desenvolvimento de Pesquisa da Universidade (Resolução n.º 019/2016-CEP);

considerando o disposto na Resolução CNE/CES n.º 7 de 18/12/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira ao regulamentar a Meta

12.7 da Lei Federal n.º 13.005/2014, que aprova o PNE 2014-2024, assim como o exposto no Parecer CNE/CES n.º 608/2018;

considerando o disposto no Parecer CNE/CES n.º 498, de 6/8/2020, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 28 de dezembro de 2020, que prorroga até 19/12/2022 o prazo de implantação da Resolução CNE/CES n.º 7 de 18/12/2018;



considerando os fundamentos apresentados no Parecer n.º 020/2021-CGE, adotados como motivação para decidir,

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO APROVOU E EU, REITOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art.1º Instituir Diretrizes para inclusão da Extensão na integralização curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá, conforme Anexo, parte integrante desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Maringá, 1º de setembro de 2021.

Julio César Damasceno, Reitor.

ADVERTÊNCIA:

O prazo recursal termina em 28/6/2021. (Art. 95 - § 1º do Regimento Geral da UEM)



ANEXO F

DIRETRIZES PARA A INCLUSÃO DA EXTENSÃO NA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ



TÍTULO I

Dos Princípios e Objetivos

Art. 1º A extensão nos processos formativos da Universidade é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 2º A inserção da extensão na composição da matriz curricular dos cursos de graduação e pós-graduação dar-se-á com base nos seguintes princípios:

- I - a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ao vincular o ensino, o trabalho e a realidade social, afirmando a extensão como dimensão pedagógica essencial ao processo acadêmico formativo, ao exercício e ao aprimoramento profissional;
- II - a articulação entre os vários níveis dos sistemas de ensino, como fundamento que garante a unidade teórico-prática no processo formativo;
- III - a extensão incide em demandas formativas e sociais, na materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira e pertinentes à transformação social, promovendo a interação dialógica com a sociedade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade;
- IV - a extensão como forma de produção e aplicação do conhecimento por meio de metodologias participativas, articula a pesquisa ao ensino, em uma atuação transformadora da educação superior na interação com os outros setores da sociedade, propiciando o desenvolvimento social e regional, aprimorando as políticas públicas;
- V - o espaço social como espaço de ensino-aprendizagem que proporciona o aprendizado e a reconstrução do processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas;
- VI - a extensão como importante elemento no processo acadêmico formativo para a pós-graduação, para a pesquisa e para a produção do conhecimento em áreas de grande relevância e pertinência científica e social;



VII - a inclusão da extensão nos programas de pós-graduação stricto sensu constitui importante contribuição para a responsabilidade social da instituição na promoção, de forma planejada e eficaz, de ações de impacto social, tecnológico, econômico, educacional e cultural por meio da pesquisa, da produção e da difusão do conhecimento;

VIII - a atividade de extensão como espaço para a interação da comunidade acadêmica com a sociedade, na promoção do diálogo e na troca de conhecimentos, ao discutir as complexas questões contemporâneas do contexto social, no qual se promove, através da vivência, a formação cidadã, crítica e responsável dos alunos e da comunidade, e que impulsionam mudanças na própria instituição de ensino superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, assim como por meio de outras atividades acadêmicas e sociais;

IX - a atividade de extensão como forma de expressar o compromisso social da universidade em desenvolver a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, quanto aos princípios éticos em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

Art. 3º A inserção da extensão na composição da matriz curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da UEM tem por objetivos:

I - reafirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a vinculação entre o ensino, o trabalho e a realidade social;

II - promover a formação necessária para atuação profissional cidadã, que permita ao aluno reconhecer-se como agente de garantia de direitos, deveres e transformação social, e que seja capaz de equacionar problemas, com sensibilidade e compromisso social, e desenvolva as habilidades para o trabalho coletivo e interdisciplinar;

III - ampliar a visão do campo de atuação profissional do aluno, pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitem, de algum modo, a reflexão e a pesquisa a respeito de temas complexos presentes no contexto social;

IV - realizar intervenções que proporcionem o aprendizado e a reconstrução do processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas, que promovam na interação dialógica com a sociedade, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade;

V - atender as demandas formativas e sociais relativas ao enfrentamento das questões da sociedade e que promovam impacto, transformação e desenvolvimento social e cultural, pelo aprimoramento das políticas públicas promovendo a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;

VI - promover atividades de extensão conjuntas entre cursos de graduação e cursos de pós-graduação da UEM, assim como junto a outras instituições de ensino superior.



TÍTULO II

Da Extensão nos Processos Formativos da Graduação e Pós-Graduação

Art. 4º As Atividades de Extensão devem ser integradas à matriz curricular devendo compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação da Universidade, e devem ser integralizadas para a obtenção de grau acadêmico.

§ 1º O Projeto Pedagógico de Curso deve conter um Regulamento de Atividades de Extensão Curricular que esteja em consonância com o presente regulamento e a legislação vigente, de acordo com as especificidades do curso.

§ 2º As Atividades de Extensão Curricular, nos cursos da modalidade de educação a distância, devem ser realizadas presencialmente, e em região compatível com o polo de apoio presencial no qual o aluno está matriculado, de acordo com o regulamento próprio dessa modalidade de ensino.

§ 3º É facultado aos alunos a participação em Atividades de Extensão Curricular promovidas por cursos e programas distintos daqueles em que estão matriculados, de acordo com o estabelecido no Regulamento de Atividades de Extensão Curricular previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

§ 4º A inserção curricular da extensão, articulada aos demais componentes curriculares, dentro do possível, não deve implicar em aumento da carga horária total dos cursos.

§ 5º O Núcleo de Processamento de Dados (NPD) deve prover a integração dos sistemas de gestão de projetos de extensão e de gestão acadêmica da Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) até o início do ano letivo de 2022, a fim de que a carga horária de extensão curricular seja computada diretamente no histórico escolar dos alunos.

Art. 5º O(s) departamento(s) deve designar uma Coordenação de Extensão Curricular, por curso/habilitação/ênfase, turno e câmpus, que deve ser exercida por um coordenador, sendo facultada a designação de um coordenador adjunto, à qual compete:

I - coordenar as ações de inserção curricular da extensão previstas no Regulamento de Atividades de Extensão Curricular do Projeto Pedagógico de Curso, zelando por seu cumprimento, assim como do presente regulamento;



- II - organizar a oferta de Atividades de Extensão Curricular, elaborando o Plano Anual de Atividades de Extensão do Curso, aprovando-o em departamento e no conselho acadêmico do curso;
- III - divulgar oportunamente o rol de Atividades de Extensão Curricular oferecidas aos alunos, encaminhando edital à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC) para que publique as atividades em andamento, o número e o perfil das vagas e o período de inscrição;
- III - coordenar e gerenciar, por meio de aba específica do sistema de gestão de projetos de extensão, projeto ou um conjunto articulado de projetos de extensão do curso que abranja parte ou todas as Atividades de Extensão previstas no Plano Anual de Atividades de Extensão do Curso, com atribuições de incluir, excluir, ajustar e tramitar, conforme a necessidade, as atividades de extensão e seus participantes, encaminhando, via sistema, a carga horária de extensão curricular efetivamente cumprida para registro em histórico escolar do aluno;
- IV - a carga horária semanal atribuída à Coordenação de Extensão Curricular deve ser definida, em resolução específica, pelo Conselho de Administração (CAD).



Seção I - Das Atividades de Extensão

Art. 6º As Atividades de Extensão Curricular devem ser executadas na forma de Programas, de Projetos de Extensão, de Projetos de Prestação de Serviços, de Cursos de Extensão e de Eventos de Extensão, cadastrados na PEC, cuja criação, aprovação e implementação são normatizados por resoluções específicas da extensão e da graduação.

§ 1º Programa é o conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo, aprovado pelo Conselho Universitário (COU) conforme a legislação vigente.

§ 2º Projeto de Extensão é a ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científica, tecnológica ou de inovação, com objetivo específico e prazo determinado, registrado e preferencialmente vinculado a um Programa ou como projeto isolado, caracterizado de acordo com as áreas do conhecimento definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as áreas temáticas e linhas de extensão, conforme a classificação definida em resolução específica da Universidade e, preferencialmente de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) segundo agenda de metas para 2030.



§ 3º Projeto de Prestação de Serviços envolve atividades de prestação de serviços ou desenvolvimento de produtos, de processos, de sistemas, de tecnologias ou de assessorias, consultas clínicas, consultorias, orientações, treinamento de pessoal ou a outras atividades de natureza acadêmica, técnico-científica ou cultural, de domínio e de interesse da Universidade, aprovado pelo CAD, segundo a legislação vigente.

§ 4º Curso de Extensão é o conjunto articulado de atividades pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos em resolução específica da Universidade, desde que a participação dos alunos envolva o planejamento e a execução e não apenas a atuação como ouvinte ou participante.

§ 5º Evento de Extensão é a atividade de curta duração, sem caráter continuado que envolve a apresentação e/ou desenvolvimento do conhecimento ou produto educativo, cultural, social, científico, tecnológico ou de inovação da UEM e de outros setores da sociedade, com organização, carga horária e critérios de avaliação definidos em resolução específica da Universidade, desde que a participação dos alunos envolva o planejamento e a execução e não apenas a atuação como ouvinte ou participante.

§ 6º Projetos institucionais de pesquisa e de ensino que envolvam intervenções diretas na comunidade externa e que promovam a formação e o protagonismo do aluno na ação extensionista, por meio de projeto de extensão, em ações paralelas e não simultâneas, nos termos da presente resolução.

§ 7º No Estágio Curricular do Curso e/ou no Trabalho de Conclusão de Curso em que o aluno desenvolva, por meio de projeto de extensão, em ações paralelas e não simultâneas, que enriqueçam sua formação e atuação acadêmica.

Art. 7º Os Programas, Projetos, Cursos e Eventos de Extensão propostos devem estar cadastrados na PEC e ser credenciados como Atividades de Extensão Curricular pela Coordenação Curricular de Extensão, de acordo com o disposto, Regulamento de Atividades de Extensão Curricular do curso.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas em convênios relativos a programas de natureza governamental, terceiro setor ou outros órgãos de fomento, podem ser consideradas Atividades de Extensão Curricular mediante cadastro destas na PEC segundo as modalidades de ação descritas no Artigo 6º desta resolução.

Art. 8º Para fins de creditação curricular da extensão universitária, os projetos pedagógicos dos cursos devem definir o componente curricular “Unidade Curricular de Extensão” (UCE), ou terminologia equivalente, dentre as seguintes modalidades:



- I - Atividades de Extensão Curricular, dissociadas de disciplinas, previstas no Artigo 6º desta resolução;
- II - disciplinas da matriz curricular dos cursos cuja carga horária, em parte ou no todo, esteja vinculada à realização de Atividades de Extensão previstas no Artigo 6º desta resolução;
- III - como composição das modalidades descritas nos Incisos I e II deste artigo.

Parágrafo único. A carga horária docente relativa ao encargo didático de extensão curricular do Inciso I deste artigo deve ser disciplinada por resolução do CAD.

Art. 9º A Universidade pode firmar Termos de Convênio com outras instituições de educação básica ou superior, instituições de pesquisa ou instituições governamentais em geral, para a oferta de Atividades de Extensão conjuntas ou para a mobilidade acadêmica.

Parágrafo único. As instituições mencionadas no caput deste artigo podem estar na mesma região geográfica da Universidade ou não, podendo inclusive envolver instituições de outros países, desde que, firmados convênios, cadastrados como Atividade de Extensão, aprovados pelas instâncias responsáveis e credenciados pelo conselho acadêmico de curso.

Art. 10. As Atividades de Extensão Curricular devem ser coordenadas preferencialmente por docentes ou agentes universitários com nível superior pertencentes ao quadro efetivo da UEM no regular exercício de suas funções, cabendo sempre a docentes a orientação e avaliação dos alunos participantes.

§ 1º Docentes aposentados integrantes do Programa de Serviço Voluntário da UEM podem atuar como orientadores de alunos, assim como serem co-proponentes de atividades de extensão.

§ 2º Docentes temporários podem coordenar projetos, cursos e eventos de extensão, desde que estejam vigentes seus contratos, excetuadas aquelas Atividades de Extensão Curricular em que houver celebração de termo de convênio.

Seção II

Dos Requisitos das Atividades de Extensão validadas como Unidades Curriculares de Extensão



Art. 11. As Atividades de Extensão a serem consideradas como Unidades Curriculares de Extensão (UCEs) no processo formativo devem:

I - ser previstas no Regulamento de Atividades de Extensão Curricular do Curso em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso, com especificação dos objetivos de formação humanística e profissional a serem atingidos;

II - ser realizada para um público-alvo constituído em sua maioria por integrantes da comunidade externa, preferencialmente aquelas com maior vulnerabilidade e localizadas nas áreas de abrangência regional dos campi regionais e polos da Universidade;

III - promover intervenções que se constituam processos de análise da realidade e de identificação e valorização dos saberes da comunidade, articulando a pesquisa com o ensino, os processos de produção e de aplicação do conhecimento acadêmico, e de monitoramento de resultados e impactos sociais, em processos de atuação transformadora para o desenvolvimento social e regional, assim como proporcionem o aprimoramento das políticas públicas;

IV - estar relacionadas à formação do aluno, envolvendo a especificidade de cada curso;

V - proporcionar ao aluno participação ativa como protagonista da ação extensionista, assegurando atuação nas diferentes etapas da atividade extensionista apresentadas no Inciso III deste artigo;

VI - estar cadastradas na PEC e devidamente aprovadas pelas instâncias responsáveis, tendo a Atividade de Extensão a descrição do professor orientador, a descrição dos objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos, assim como a descrição da metodologia de avaliação da participação do aluno;

VII - ser credenciada pela Coordenação de Extensão Curricular como Atividade de Extensão Curricular.

Parágrafo Único. Não há duplicidade de cômputo da carga horária integralizada pelos alunos como Unidades Curriculares de Extensão (UCE) e Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), Estágio Curricular Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), participação em Projetos de Ensino ou Pesquisa ou Iniciação Científica, ressalvado o previsto nos §§ 6º e 7º do Artigo 6º desta resolução.

Seção III - Do Credenciamento, Matrícula e Registro das Atividades de Extensão inseridas como Unidades Curriculares de Extensão

Art. 12. As Atividades de Extensão devem ser cadastradas na PEC/Diretoria de Extensão (DEX), divulgadas por meio do Sistema de Gestão de Projetos ou Sistema de Gestão de Cursos e Eventos de Extensão e/ou editais, e, credenciadas como Unidades Curriculares de Extensão pela Coordenação de Extensão Curricular dos cursos.

Art. 13. O credenciamento de atividade como Unidade Curricular de Extensão pelas coordenações de extensão curricular deve ser realizado considerando a articulação das atividades de extensão propostas com relação aos objetivos do curso e ao perfil do egresso, valorizando a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, assim como a formação integral do aluno.



§ 1º O credenciamento e a divulgação das Atividades de Extensão previstas no Artigo 6º deste regulamento devem ser realizados semestralmente pelas coordenações de extensão curricular dos cursos para o período letivo seguinte.

§ 2º A definição de vagas para as Atividades de Extensão Curricular, de quais os cursos de graduação e/ou pós-graduação aceitos para credenciamento, dos critérios de seleção, classificação e desempate dos alunos, de requisitos para participação e de critérios de avaliação dos alunos deve ser realizada pelas coordenações das Atividades de Extensão e publicada pela PEC por meio de edital.

§ 3º O Edital de Vagas para as Atividades de Extensão Curricular deve apresentar:

- I - a descrição das atividades e das funções a serem realizadas pelos alunos e, se possível, os respectivos professores orientadores;
- II - as vagas por curso de graduação para cada atividade;
- III - os requisitos para participação, os horários e, sempre que possível, o período de realização das atividades;
- IV - os critérios de seleção, classificação e desempate dos alunos;
- V - o cronograma do processo seletivo, da publicação do resultado, dos prazos e pedidos de reconsideração;
- VI - os locais e os períodos de desenvolvimento das atividades de extensão previstos;
- VII - formas de avaliação dos alunos envolvidos nas atividades e a designação de UCEs por participante.

§ 4º Os Projetos, Programas, Eventos ou Cursos de Extensão podem apresentar requisitos diferenciados para cada vaga ou conjunto de vagas ofertadas, o que deve ser descrito no resumo do cadastro da atividade.

§ 5º Os Projetos, Programas, Eventos ou Cursos de Extensão podem apresentar carga horária diferenciada para cada vaga ou conjunto de vagas ofertadas, o que deve ser descrito no resumo do cadastro da atividade.

§ 6º O aluno, regularmente matriculado, pode concorrer a vagas de uma ou mais Atividades de Extensão Curricular até completar a carga horária definida no currículo do curso que está matriculado, no limite, quando houver, da carga horária de UCE prevista para a série ou período em que esteja matriculado conforme disposto no Regulamento de Atividades de Extensão Curricular do curso.

§ 7º Em caso de sobra de vagas, editais podem ser abertos para suprir a demanda por alunos em Atividades de Extensão Curricular.



Art. 14. O controle do número de vagas a serem ofertadas nas Atividades de Extensão Curricular é de responsabilidade do(s) departamento(s) em que o curso ou o docente proponente estão vinculados, conjuntamente com as coordenações de curso e de extensão curricular, cabendo a esta última a assinatura de convênios, de programas de mobilidade ou implementação de atividades para proposição de novas Atividades de Extensão Curricular para suprir a demanda de seus alunos.

Art. 15. A definição de critérios para credenciamento de projetos, para seriação das vagas ofertadas para alunos, deve ser definida no Regulamento de Atividades de Extensão Curricular.

Art. 16. A PEC pode firmar convênios com outras universidades para a realização de mobilidade acadêmica nas Atividades de Extensão ofertadas, as quais podem ser ofertadas em edital próprio e com realização em períodos especiais.

Art. 17. A PEC deve manter registro de todas as Atividades de Extensão Curricular ofertadas para o processo formativo dos alunos da Universidade, obtidas por meio de relatórios dos coordenadores dos projetos.

Art. 18. Após ser certificado pela realização da Atividade de Extensão, o aluno deve fazer o requerimento da creditação da atividade no sistema acadêmico, o qual deve ser analisado e homologado pela Coordenação de Extensão Curricular e liberado para que a DAA efetue o cômputo e o registro no cadastro acadêmico.

Parágrafo único. Deve constar no Histórico Escolar do aluno a carga horária total realizada em Unidade Curricular de Extensão.

Seção IV

Do Aproveitamento de Estudos

Art. 19. Pode ser concedido o aproveitamento da carga horária das Atividades de Extensão realizadas em cursos afins em outras instituições de ensino superior no Brasil ou no Exterior, nos termos da legislação vigente.

Art. 20. É previsto o aproveitamento da carga horária de Atividades de Extensão realizadas na UEM, nos termos do § 3º do Artigo 4º desta resolução e, por equivalência, nos termos da legislação vigente.



Art. 21. As Atividades de Extensão Curricular não aproveitadas podem ser consideradas como AACs, observado o disposto nas normativas e nas deliberações do respectivo conselho acadêmico do curso.

Seção V

Da Avaliação da Atividade de Extensão Curricular

Art. 22. A avaliação da participação dos alunos na Atividade de Extensão Curricular deve ser realizada pela coordenação da atividade de extensão, conforme critérios previstos no próprio projeto.

Capítulo II

Da Extensão na Pós-Graduação

Art. 23. A inserção da extensão na pós-graduação lato e stricto sensu é facultativa, e quando ocorrer deve seguir os mesmos princípios e objetivos da graduação, estabelecidos neste regulamento, com exceção da exigência de obrigatoriedade de carga horária mínima de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso.

Art. 24. As atividades de extensão incluídas na formação de alunos de pós-graduação lato e stricto sensu, quando previstas, devem ser integradas ao Projeto Pedagógico do Curso de forma interdisciplinar.

Parágrafo único. Nos cursos de pós-graduação lato sensu as Atividades de Extensão Curricular não podem extrapolar 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

TÍTULO III

Das Disposições Finais



Art. 25. Para fomentar e viabilizar a realização das Atividades de Extensão Curricular, a Universidade deve prever recursos de custeio e investimento em extensão em sua respectiva Proposta Orçamentária Anual.

Art. 26. O aluno deve firmar Termo de Responsabilidade ao iniciar a Atividade de Extensão Curricular, nos termos das normativas específicas da Universidade.

Art. 27. A instituição da Extensão nos processos formativos da Universidade deve constar no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico Institucional.

Art. 28. A avaliação da extensão realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UEM deve incluir a avaliação das Atividades de Extensão Curricular realizadas para o processo formativo dos alunos, considerando:

- I - a articulação realizada pela extensão com o ensino e com a pesquisa;
- II - a contribuição para a formação do aluno;
- III - o impacto social das atividades relativas à relação com a sociedade e a Responsabilidade Social da Universidade;
- IV - a pertinência da utilização das Atividades de Extensão na creditação curricular;
- V - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- VI - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante;
- VII - o cumprimento do mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas nesta resolução, descrita na matriz curricular dos cursos;
- VIII - a avaliação da orientação proporcionada pelos docentes no desenvolvimento das Atividades de Extensão;
- IX - a concepção de extensão na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos, devendo estar ajustada aos princípios estabelecidos na presente resolução.

Art. 29. As coordenações de curso de graduação devem providenciar adaptação e aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos até junho de 2022 para implantação para os ingressantes nos cursos de graduação no ano letivo de 2023.

§ 1º Os cursos que optarem por implementar a inserção da extensão curricular para o ano letivo de 2022 devem providenciar a adaptação e a aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos até dezembro de 2021, credenciando as Atividades de Extensão até junho de 2022.



§ 2º A Pró-Reitoria de Ensino (PEN) deve publicar um cronograma de adaptação e aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos a fim de reservar o maior tempo possível para a implementação da inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade.

Art. 30. A PEC deve adaptar as Atividades de Extensão em conformidade com a presente resolução até junho de 2022 e promover a Abertura do Edital de Vagas das Atividades de Extensão Curricular até agosto de 2022.

Art. 31. A presente resolução deve passar por avaliação a ser realizada por uma comissão paritária constituída por alunos, membros da Câmara de Graduação, Extensão, Educação Básica e Profissional, e da Câmara de Pesquisa e Pós- Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da PEN, da PEC e da Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PPG), transcorridos dois anos de sua implantação.

Art. 32. Não pode colar grau o aluno que, ingressando a partir do ano letivo de 2023, não integralize a carga horária mínima de extensão curricular prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 33. Os casos omissos são resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvidas a PEN, a PPG e a PEC.



**ANEXO G - DESCRIÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Curricularização da extensão

O Plano Nacional de Educação - PNE - 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, estabelece diretrizes, metas e estratégias para os próximos dez anos da educação brasileira, contemplando todas os níveis, modalidades e etapas educacionais, desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação e, também, diretrizes para a profissão docente, implantação da gestão democrática nas escolas e o financiamento do ensino. Na Estratégia 7, da Meta 12 do PNE, são estabelecidos créditos curriculares para a extensão universitária, assegurando, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social. Posteriormente ao estabelecido no PNE, foi aprovada a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e definiu os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. Com a regulamentação aprovada torna-se necessária a adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores (PPC), respeitando as características locais e regionais, as diretrizes curriculares específicas de cada curso, as habilidades e competências para a formação dos acadêmicos, a matriz curricular e a extensão curricularizada.

No curso de graduação em Administração Pública a extensão encontra-se situada:

GRANDE ÁREA	<input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra	<input type="checkbox"/> Ciências da Saúde	<input type="checkbox"/> Ciências Humanas
	<input type="checkbox"/> Ciências Biológicas	<input type="checkbox"/> Ciências Agrárias	<input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes
	<input type="checkbox"/> Engenharias	<input checked="" type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas	<input type="checkbox"/> Outros

ÁREA TEMÁTICA:

ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL	<input type="checkbox"/> Comunicação	<input type="checkbox"/> Cultura	<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça	<input type="checkbox"/> Educação
	<input checked="" type="checkbox"/> Meio Ambiente	<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção	<input checked="" type="checkbox"/> Trabalho
ÁREA TEMÁTICA SECUNDÁRIA	<input checked="" type="checkbox"/> Comunicação	<input type="checkbox"/> Cultura	<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça	<input checked="" type="checkbox"/> Educação
	<input type="checkbox"/> Meio Ambiente	<input type="checkbox"/> Saúde	<input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção	<input checked="" type="checkbox"/> Trabalho



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	1. <input type="checkbox"/> Erradicação da Pobreza	10. <input type="checkbox"/> Redução de Desigualdades
	2. <input type="checkbox"/> Fome Zero e Agricultura Sustentável	11. <input checked="" type="checkbox"/> Cidades e Comunidades Sustentáveis
	3. <input type="checkbox"/> Saúde e Bem Estar	12. <input type="checkbox"/> consumo e produção sustentáveis
	4. <input checked="" type="checkbox"/> Educação de Qualidade	13. <input type="checkbox"/> Ação contra a mudança global do clima
	5. <input type="checkbox"/> Igualdade de Gênero	14. <input type="checkbox"/> Vida na água
	6. <input type="checkbox"/> Água Potável e Saneamento	15. <input type="checkbox"/> Vida Terrestre
	7. <input type="checkbox"/> Energia Acessível e Limpa	16. <input type="checkbox"/> Paz, Justiça e Instituições Eficazes
	8. <input type="checkbox"/> Trabalho Decente e Crescimento Econômico	17. <input type="checkbox"/> Parcerias e meios de implementação
	9. <input type="checkbox"/> Indústria, Inovação e Infraestrutura	





Linha de Extensão

LINHA DE EXTENSÃO	<input type="checkbox"/> Alfabetização, leitura e escrita	<input type="checkbox"/> Fármacos e medicamentos	
	<input type="checkbox"/> Artes cênicas	<input type="checkbox"/> Formação de professores	<input type="checkbox"/> Patrimônio cultural, histórico e natural
	<input type="checkbox"/> Artes integradas <input type="checkbox"/> Artes plásticas <input type="checkbox"/> Artes visuais	<input type="checkbox"/> Gestão do trabalho	<input type="checkbox"/> Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais
	<input type="checkbox"/> Comunicação estratégica	<input type="checkbox"/> Gestão informacional	<input type="checkbox"/> Propriedade intelectual e patente
	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento de produtos	<input type="checkbox"/> Gestão institucional	<input type="checkbox"/> Questões ambientais <input type="checkbox"/> Recursos hídricos
	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento humano	<input checked="" type="checkbox"/> Gestão pública	
	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento regional	<input type="checkbox"/> Grupos sociais vulneráveis	<input type="checkbox"/> Resíduos sólidos <input type="checkbox"/> Saúde animal
	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento rural e questões agrárias	<input type="checkbox"/> Infância e adolescência	<input type="checkbox"/> Saúde da família
	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento tecnológico	<input type="checkbox"/> Inovação tecnológica	<input type="checkbox"/> Saúde e proteção no trabalho
	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento urbano	<input type="checkbox"/> Jornalismo	<input type="checkbox"/> Saúde humana
	<input type="checkbox"/> Direitos individuais e coletivos	<input type="checkbox"/> Jovens e adultos	<input type="checkbox"/> Segurança alimentar e nutricional
	<input type="checkbox"/> Divulgação científica e tecnológica	<input type="checkbox"/> Línguas estrangeiras	<input type="checkbox"/> Segurança pública e defesa social
	<input type="checkbox"/> Educação profissional <input type="checkbox"/> Empreendedorismo	<input type="checkbox"/> Metodologia e estratégias de ensino/aprendizagem em	<input type="checkbox"/> Tecnologia da informação
	<input type="checkbox"/> Emprego e renda	<input type="checkbox"/> Mídias	<input type="checkbox"/> Terceira idade <input type="checkbox"/> Turismo
	<input type="checkbox"/> Endemias e epidemias <input type="checkbox"/> Esporte e lazer	<input type="checkbox"/> Mídias-artes <input type="checkbox"/> Música	<input type="checkbox"/> Uso de drogas e dependência química
	<input type="checkbox"/> Estilismo	<input type="checkbox"/> Organizações da sociedade civil e movimentos sociais populares	



Conceito de Extensão

As três dimensões da universidade ensino, pesquisa e extensão, e suas relações com a sociedade são marcadas por debates, incompletudes e busca de definições e conceitos. A partir de um debate amplo e aberto, desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), realizados em 2009 e 2010, respectivamente, apresenta-se às universidades e à sociedade o conceito de Extensão Universitária, como:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

Para nortear a extensão, são estabelecidas diretrizes. Segundo Nogueira (2000) as Diretrizes para as ações de Extensão Universitária devem orientar a formulação e implementação das ações extensionistas universitárias, a saber:

- Interação dialógica;
- Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade;
- Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão;
- Impacto na formação do estudante, e
- Impacto e transformação social.

Segundo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento produzido na universidade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, em consonância com a realidade social, num processo de retroalimentação universidade-comunidade e comunidade-universidade.

No artigo 5º consta a Estruturação, a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.



Em seu Art. 6º, o documento referido apresenta a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - a contribuição na formação integral do o estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
- VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Atividades de extensão universitária são compreendidas como as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante conforme normas institucionais. Convém destacar que o aluno deve assumir uma postura ativa e protagonista da atividade extensionista, ou seja, atuar na concepção/planejamento, execução, avaliação da ação proposta bem como do impacto sobre a sua formação estudantil e na comunidade atendida.

Nos cursos superiores, na modalidade de educação a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas seguindo as regulamentações previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância.

Considerações sobre a Extensão no Ensino EaD

O tempo da Pandemia do Covid-19 desafiou as práticas regulares anteriormente realizadas presencialmente no contexto acadêmico, especialmente, as de ação extensionista. Práticas de ensino, pesquisa e extensão foram efetivadas por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's), por meio de atividades online e, em modelos pedagógicos virtuais, atrelados ao conceito de Ensino Remoto Emergencial. As tecnologias digitais como forças ambientais modificam a forma como



nos relacionamos com a novas tecnologias, mudam quem somos, mudam as formas de interação com as pessoas, mudam a nossa concepção de realidade e nossas interações com esta mesma realidade.

Neste sentido, elas caracterizam-se pela interface de comunicação dialógica, um requisito para atividades de extensão assim como na modalidade de educação a distância (EaD). Logo, realizar um percentual das atividades de extensão mediadas pelas TDIC's vem ao encontro da própria natureza do curso, somando-se às atividades de ensino e pesquisa já praticadas, sem desconsiderar atividades de extensão presenciais.

Há que se destacar também uma diferença fundamental entre o ensino presencial e a modalidade de educação distância. No ensino presencial os acadêmicos estão juntos, reunidos em sala de aula. No ensino à distância, os alunos estão dispersos geograficamente e distantes da Universidade, ainda que ligado aos Polos, que também estão distantes dos discentes, mas estão presenciais também nas atividades porque há a presencialidade na virtualidade.

Desta forma, acredita-se que, à inserção da extensão nos cursos de graduação, possa ocorrer em processos presenciais integrados com ações e práticas virtuais, com forte presença geográfica física em ações nos polos de Educação a Distância e na presença geográfica virtual, realizada em ambientes virtuais de aprendizagem ou com o uso de diferentes mídias e tecnologias educacionais e que favoreçam o uso de diferentes metodologias

Por outro lado, o ensino à distância se caracteriza por sua capilaridade, o que lhe permite alcançar diversas regiões do estado. Cada universidade estadual atende diversos Polos, que concentram em si acadêmicos de cidades próximas. Nesse sentido, o uso das TDIC's permite a interação cultural e a socialização do conhecimento e da experiência entre os participantes, expandindo o campo da ação extensionista, ao contrário da ação presencial que é limitada localmente. Ao mesmo tempo pode-se considerar que o uso da TDIC's traz em si a economicidade da ação visto que o financiamento para expansão da ação de extensão se configura um gargalo a ser superado.

Essa peculiaridade se torna um desafio em si para a operacionalização da extensão. As condições do ensino presencial e à distância são diferenciadas, logo requer critérios diferenciados, considerando suas especificidades.

Todos estamos em um processo de aprendizado. Entretanto, já temos um indicativo de que as atividades de extensão realizadas por meio de TDIC's durante o período pandêmico são factíveis e funcionais.



Comunidade Acadêmica

A comunidade acadêmica da universidade é composta pelos professores, discentes, agentes universitários e comunidade externa.

A comunidade externa é formada por representantes dos diversos segmentos da sociedade desde o indivíduo, grupos sociais e organizações. Destaca-se que no curso superior de Administração Pública torna-se fundamental estabelecer parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais, federais do poder executivo, legislativo e judiciário, assim como associações e demais organizações de interesse público.

O papel da comunidade externa configura-se como parceira na ação de identificação e solução de problemas, reconhecendo a importância da dialogicidade, do compartilhamento do conhecimento e do exercício da cidadania. A ação extensionista deve ser vista como um encontro de saberes a fim de melhorar as condições de determinada situação ou contexto.

Protagonismo do Aluno

O protagonismo pode ser definido como o indivíduo que ocupa um lugar central nos acontecimentos, que dá as diretrizes dos processos em que está envolvido, mas que não atua isoladamente, na medida em que necessita dos demais para concretizar ações.

O protagonismo do aluno se dá pela sua participação ativa nos contatos e diálogos relativos ao tema com a comunidade acadêmica de modo a enriquecer sua vivência e compreender sua realidade social a fim de construir um processo emancipatório, formador de cidadania e da ética discente.

O exercício do protagonismo abre para os estudantes novas possibilidades de interação, fortalecendo sua capacidade de buscar soluções para as dificuldades e tomar decisões sobre sua atuação na comunidade, gerando mudanças significativas em seu modo de ser e se colocar no mundo.

Os acadêmicos são os sujeitos protagonistas, promotores, organizadores, ministrantes e, não, mero participantes ou ouvintes das ações realizadas.

O protagonismo, enquanto modelo político-pedagógico centralizado na construção da cidadania e da participação do jovem, favorece a formação de sujeitos ativos, autônomos e participantes, comprometidos com a transformação de cenários sociais em que são produzidas as injustas condições desiguais de vida. Para isso, é preciso oportunizar ao estudante a participação ativa em todo processo de construção, planejamento e avaliação das intervenções desenvolvidas em diferentes espaços sociais nas comunidades. O protagonismo possibilita a socialização política do aluno universitário, entendida como o processo de formação de atitudes e orientações políticas, que ocorre de forma contínua e dinâmica durante toda vida.



Para integralização de horas como atividade extensionista os acadêmicos precisam participar do planejamento, organização, execução e avaliação da ação envolvendo a comunidade.

Integração da Extensão na Matriz Curricular

Para fins de creditação curricular das atividades de extensão no curso Superior de Administração Pública, o componente curricular, nominado por essa normativa como Unidade Curricular de Extensão (UCE), ocorre de forma mista de disciplinas e atividades extensionistas distribuídas em 14 disciplinas do curso. Como será apresentado na sequência.

Também é facultado ao discente a integralização de carga horária para fins de creditação curricular da extensão, a participação em atividades desta natureza em outros cursos de graduação da UEM desde que o discente tenha autorização prévia da coordenação de Extensão curricular do curso ao qual pertence, ouvida à coordenação do curso.

Disciplina: CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					15h
Ementa: Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais. Como atividade extensionista os alunos de verão desenvolver alguma atividade junto a algum grupo da sociedade para informá-los sobre seus direitos sociais no Brasil.					

Disciplina: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					12h
Ementa: Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise, e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT. Métodos e técnicas de planejamento e execução de atividades extensionistas.					



Disciplina: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					25h
Ementa: Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, <i>Accountability</i> e <i>responsiveness</i> : as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Como atividade extensionista os alunos de verão desenvolver uma atividade de levantamento junto a algum público de órgão público identificar algum conteúdo específico, dentro da disciplina de Administração Pública, que gostariam de conhecer e preparar workshop, ou palestra ou minicurso, ou atividade semelhante para este público para apresentar tal conteúdo.					

Disciplina: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I: ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					10h
Ementa: Aspectos conceituais sobre ética. Desenvolvimento histórico da ética. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Panorama das relações humanas na sociedade. Função da ética. Ética como prescrição de condutas. Valores e normas: o padrão ético. Teorias éticas. Dimensões cognitivas e atitudinais da ética: mérito da ação (intenção e juízo desinteressado); escolha e deliberação; virtudes e caráter; autonomia e responsabilidade. 2. Ética no serviço público - Responsabilidade ética, cidadania e função pública. Administração Pública e ética na sociedade. O padrão ético do serviço público. Premissas da conduta ética na função pública. Aspectos conceituais da vida pública: república e democracia; estado, cidadania e império da lei; cargo público; prestação pública de contas (accountability). Ética e Transparência como instrumento da gestão pública. Estratégias para a promoção da ética no serviço público. Formas de combate a corrupção. Como atividade extensionista os alunos deverão levantar junto a algum público de órgão público algum conteúdo específico, dentro da disciplina, que seria do interesse do público e preparar workshop, ou palestra ou minicurso, ou atividade semelhante para este público para apresentar tal conteúdo.					



Disciplina: GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					30h
Ementa: Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática. Como atividade extensionista os alunos deverão levantar junto a algum público de órgão público algum conteúdo específico, dentro da disciplina, que seria do interesse do público e preparar workshop, ou palestra ou minicurso, ou atividade semelhante para este público para apresentar tal conteúdo.					

Disciplina: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II: ÍNDICES DE GOVERNANÇA MUNICIPAL PÚBLICOS E/OU PRIVADOS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					15h
Ementa: Gestão Municipal. Construção de indicadores e índice de gestão e desempenho na administração pública municipal. Levantamento dos índices de governança pública existentes no Brasil e no exterior para análise e compreensão. Indicadores de desempenho. Ranqueamento de municípios. Caracterização e identificação das melhores governanças municipais no país. IGM — índice de governança municipal. Como atividade extensionista os alunos deverão elaborar divulgar material orientando algum órgão do setor público a usar indicadores e índices de gestão e desempenho na administração pública municipal, estadual, e ou federal.					



Disciplina: PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					20h
Ementa: Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais. Como atividade extensionista os alunos deverão levantar junto a algum público de órgão público algum conteúdo específico, dentro da disciplina Planejamento Governamental, que seria do interesse do público e preparar workshop, ou palestra ou minicurso, ou atividade semelhante para este público para apresentar tal conteúdo.					

Disciplina: METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					30h
Ementa: Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos. Como atividade extensionista os alunos deverão elaborar relatório de todas as atividades de extensão realizadas nos primeiro, segundo, terceiro e quarto módulos.					

Disciplina: ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					20h
Ementa: Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico — Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. Como atividade extensionista os alunos deverão escolher algum departamento em órgão público que tenham acesso e elaborar um fluxograma neste órgão.					



Disciplina: DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					25h
Ementa: Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público. Como atividade extensionista os alunos deverão escolher um dos portais públicos disponíveis para o cidadão, analisar suas funções, aprender a utilizá-lo e escolher um público que poderia se beneficiar de alguma das funções deste portal para instruí-lo a se inscrever e utilizá-lo.					

Disciplina: TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III: TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA *Obs.: Disciplina que pode ser ministrada na língua portuguesa e inglesa.					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					30h
Ementa: Trata-se de ementa aberta para temas específicos na área de Administração Pública. Gestão pública contemporânea. Tendências e tópicos emergentes na gestão do setor público. Procurar-se-á estabelecer a discussão de temas e conteúdo que indiquem o estado da arte na área da administração pública; complementação da formação discente; debates de temas que transversalizam a formação discente. Como atividade extensionista os alunos deverão realizar "mutirão" para cadastrar algum público no portal gov.br. e instruir este público a utilizar o portal.					

Disciplina: GOVERNO ELETRÔNICO					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
30h					20h
Ementa: Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia. Como atividade extensionista os alunos deverão realizar "mutirão" para cadastrar algum público no portal gov.br., instruir este público a utilizar o portal e elaborar relatórios dos dois mutirões (1 da disciplina Temas contemporâneos na gestão pública III e 2 nesta disciplina de Governo Eletrônico) de cadastro e orientação de utilização do portal gov.br com dados sobre quantos cidadãos atendidos, como foi a atividade, quando foi realizada, entre outras informações pertinentes sobre os mutirões).					



Disciplina: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					30h
Ementa: Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de políticas públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação. Como atividade extensionista os alunos deverão elaborar um relatório de autoavaliação referente às atividades de extensão realizadas ao longo do curso de Administração Pública.					

Disciplina: GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60h					30h
Ementa: Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental. Como atividade extensionista os alunos deverão levantar como é feito o descarte de lixo na cidade, como o cidadão descarta diferentes tipos de lixo (eletrônico, medicamentos, orgânico, papéis, etc), preparar atividade no formato de palestra, workshop, ou atividade semelhante para instruir algum grupo de cidadãos sobre como fazer adequadamente esse descarte.					



A carga horária das disciplinas de extensão possibilita ao acadêmico o planejamento, execução e avaliação de forma prática das atividades de extensão subsidiadas nos conteúdos trabalhados nas demais disciplinas e que vão ao encontro das demandas da comunidade, configurando-se em uma prática de compartilhamento do conhecimento. Dessa forma, os acadêmicos contribuem efetivamente com a comunidade ao mesmo tempo em que aprimoram sua experiência profissional.

Formas de Operacionalização da Extensão

Considerando o protagonismo do aluno quanto a participação efetiva no planejamento e operacionalização da extensão, há uma gama de atividades que podem ser desenvolvidas, vinculadas a temática central definida dentro do campo de ação do Administrador Público e que podem ser aplicadas no formato presencial e/ou virtual, de forma síncrona, quando a ação requerer a participação do público.

As Atividades de Extensão podem ser agrupadas em 4 Dimensões: Ação Comunitária; Intervenção nas Organizações do Setor Público; Produção de Conteúdo; Compartilhamento do Conhecimento.

Na dimensão Ação Comunitária, propõe-se ações como eventos culturais, esportivos e sociais, participação em projetos e campanhas sociais, exercício do voluntariado, ações que sejam desenvolvidas por organizações do setor público, privado e OSCIPs e que tenham finalidade social, ou seja, de atendimento a algum interesse coletivo/comunitário e que promovam o exercício da cidadania.

Na dimensão Intervenção nas Organizações do Setor Público, propõe-se ações a serem desenvolvidas em organizações dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) do executivo, legislativo e judiciário na forma de consultorias (exemplo: gestão de processos, treinamento, etc) e estudos de caso, atividades essas que exigirão a aplicação prática do conhecimento profissional obtido na aprendizagem do curso.

Na dimensão Produção de Conteúdo, propõe-se elaboração de material instrucional, informativo e técnico conforme a temática escolhida e adequado ao público-alvo direcionado. Esse material pode ser considerado como recurso fundamental ou complementar das atividades planejadas. Pode ser impresso ou virtual, considerando a produção direcionada a diversas mídias. Pode tomar vários formatos como cartilhas, material didático, boletins, podcasts, vídeos, campanhas de interesse público, websites, entre outros formatos de interação digital.

Na dimensão Compartilhamento do Conhecimento, propõe-se atividades como cursos, palestras, encontros, rodas de conversa, oficinas/workshops, eventos profissionais e/ou científicos, e demais estratégias de compartilhamento do conhecimento.

Essas atividades podem ser consideradas como exemplos de possibilidades que não se encerram em si mesmas. A experiência extensionista trará novos insights sobre o que fazer e como fazer a ação extensionista.

O Plano de Ensino, no campo da Metodologia das Atividades de Extensão, deve balizar as ações extensionistas a serem desenvolvidas. Ressaltamos que devido as características da modalidade do curso, as ações poderão ser realizadas de forma híbrida (presencial/virtual).



Formas de Acompanhamento e Avaliação das Ações de Extensão

As formas de acompanhamento podem ser utilizadas as mais diversas como: relatórios, relatos de experiência, uso de sistemas, formulários e google forms, planilhas, e-mails, arquivos eletrônicos, entre outros.

As avaliações das ações podem alcançar os mais diversos representantes da comunidade acadêmica, principalmente (i) o discente e (ii) os participantes, no âmbito da avaliação das ações propriamente ditas e no aprendizado obtido em relação aos aspectos cognitivo, profissional, comportamental e cívico.

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria nº 073/2022 — SETI, responsável pela formulação inicial do projeto fez referência as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração (Res. CNE/CES nº 04 de 13 de julho de 2005), como balizadoras para o planejamento do referido curso.
2. As Instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca serão as existentes nos polos de referência ofertados os cursos. Cada polo possui biblioteca física, laboratórios com equipamentos suficientes para atender a demanda dos acadêmicos. A plataforma a ser utilizada pelos acadêmicos será a disponibilizada pelo Núcleo de Educação a Distância — Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - no sistema MOODLE em sua versão atualizada. Ressalta-se a existência de biblioteca virtual, repositórios entre outros periódicos que são disponibilizados aos acadêmicos, além dos materiais oferecidos pelos professores na plataforma AVA.
3. O corpo docente é formado por profissionais de diversos cursos, conforme indicação na Matriz Curricular.
4. O corpo técnico está vinculado ao Núcleo de Educação a Distância e aos Polos de Apoio Presencial.

APOIO AOS DOCENTES E DISCENTES

A Coordenação do Curso e a Coordenação da UAB promove:

- a. Assessoria e todo o aparato de apoio pedagógico, de design, de construção da disciplina e de materiais didáticos para os docentes, além do suporte nas plataformas utilizadas.
- b. Práticas formativas para os docentes e tutores ao longo do curso, em relação às tecnologias, as concepções educativas que permeiam a EaD, ao design instrucional do curso, o papel da tutoria e dos professores na interação com os estudantes, entre outros.
- c. Curso de nivelamento aos discentes, se necessário.
- d. Acompanhamento da imersão dos discentes nos espaços de aprendizagem.
- e. Reuniões periódicas com os sujeitos sociais envolvidos (professores, tutores, estudantes) a fim de acompanhar as atividades realizadas, propor discussões e reflexões acerca do curso.



- f. Também atende pelo espaço oficial do curso, plataforma Moodle, pelo e-mail da coordenação e pelo Whatsapp.
- g. Promove reuniões com o NDE para discutir ações relativas ao curso, sobremaneira as que guardam relação com o apoio a docentes e discentes.
- h. A secretaria do curso fica aberta 8 horas por dia para atender as demandas enviadas por professores, tutores e estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 105-111.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf>.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Projetos de Leis e Outras Proposições. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de janeiro de 2001, p. 128.

BRASIL. Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. Brasília: MEC, 2007.

FILATRO, A. As teorias pedagógicas fundamentais em EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 96-104.

FORPROEX. O plano nacional de extensão universitária. 1999. (Coleção Extensão Universitária, n. 1)

_____. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/ SESu, 2006. (Coleção Extensão Universitária, n. 4)

_____. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.



_____. Política nacional de extensão universitária. Manaus, 2012.

HASE, S.; KENYON, C. From andragogy to heutagogy. Austrália: Southern Cross University, 2000. Disponível em: <http://ultibase.rmit.edu.au/Articles/dec00/hase2.htm#ref>. Acesso em 23 de dezembro de 2012.

LAVE, J.; WENGER, R. Situated learning: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

